

ESTUDO CNIS “IMPACTES ECONÓMICO E SOCIAL” Cada euro investido nas IPSS vale 2,46 euros



Director Padre Lino Maia |
Director-Adjunto Eleutério Alves



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA DISTINGUE IPSS

O mérito da Solidariedade



A2000, SANTA MARTA DE PENAGUIÃO

Pela formação
trabalhar a integração

LAR DE S. JOSÉ, COVILHÃ

115 anos
a albergar pobres



FRATER, BARREIRO

A saúde ao serviço
dos carenciados

Roupa usada: boa fé desvirtuada

Temos por todo o país, famílias com dificuldades, seja por carências de alimentos, de roupas ou de verbas para necessidades básicas. A obtenção e a distribuição de alimentos têm circuitos voluntários e generosos que merecem o maior reconhecimento. Mas pese embora o esforço de muitos, ainda em algumas famílias não chega tudo o que é essencial. Já quanto a roupa usada, ela existe em excesso. As famílias que precisam de roupa, calçado e mesmo brinquedos para crianças, não têm dificuldades em obter tudo isso gratuitamente. Aquilo que os portugueses doam voluntariamente já usado, chega e sobra para todos os que precisam. Sabendo desta margem entre a oferta voluntária e as necessidades efetivas, algumas empresas montaram um negócio altamente tráfego, aproveitando a boa fé dos portugueses e a imagem positiva das instituições solidárias, para obterem mercadorias a

custo zero para os seus negócios industriais e comerciais lucrativos. Como se diz em português corrente, dão um chouriço a quem lhes garanta um porco gordo. Existem meia dúzia de empresas neste negócio, as quais espalham contentores em espaço público de Norte a Sul do Portugal, aproveitando a pouca informação e o desconhecimento dos meandros por parte de algumas autarquias e IPSS's. Colocam contentores também em áreas de instituições e de escolas, obtendo com segunda intenção autocolantes com os logotipos de instituições solidárias, respeitadas e conhecidas das populações locais. E a boa generosidade do povo em colocar roupa e calçado nesses contentores, é um facto, acreditando que estão a dar a quem precisa e em especial às entidades cujo autocolante procura dar seriedade ao negócio. A rentabilidade é tão boa que as empresas dos contentores, ainda dão dinheiro por cada

um mais que consigam colocar no terreno. O material depositado, assim obtido facilmente, segue depois para o processo industrial das empresas, assegurando fibras de algodão, lã, linho e outros fios, em vez de os comprarem, além de alimentarem negócios de roupa usada até em outros países. Uma pequenina percentagem dessa recolha é devolvida às IPSS's e autarquias que deram o espaço e a imagem, as quais com isso e com o dinheiro recebido ficam satisfeitas, sem se darem, por vezes conta, de que estão a ser usados para fins comerciais que nada têm de solidariedade social. Existem soluções alternativas e sérias, as quais devem ser ponderadas. Para recolher roupa usada, qualquer autarquia, escola ou IPSS, pode colocar nas suas instalações contentores, sem recurso a empresas comerciais e recolher roupa usada. Depois poderá entregá-la a quem dela precisa, cujas famílias

José
Macário Correia
CNIS



se conhecem bem a nível local. Se sobrar, pode ser vendida de modo sério e transparente, ou poderá ser enviada pelas redes de cooperação sérias e fiáveis para países com desgraças crónicas ou cataclismos ocasionais. Não podemos consentir que a boa fé e a generosidade estejam a ser desvirtuadas, sem que se alertem os intervenientes para os circuitos existentes. As empresas comerciais são essenciais à economia, em qualquer setor de atividade, no entanto, usarem neste caso, de modo abusivo a boa fé das IPSS's para os seus próprios lucros, não pode deixar de nos tocar na consciência. A ética também faz parte dos negócios. As boas causas das IPSS's não podem ser adulteradas para outros fins.

Soltar o potencial da economia social e solidária para ajudar no desenvolvimento e crescimento económico e social do país

O sector da economia social e solidária, encerra um si um potencial que é decisivo para o desenvolvimento e crescimento do país nos próximos anos. Este sector, não pode continuar a ser visto apenas como uma rede de solidariedade, mas sim como um sector que além da sua acção na rede solidária e de prestação de serviços à população, deve ter uma participação ainda mais significativa em redes de conhecimento, de iniciativa, de participação cívica, de coesão social e territorial, na criação de emprego e na criação de valor social e económico, devendo assumir-se como um pilar fundamental no desenvolvimento do país.

A IMPORTÂNCIA DA ECONOMIA SOCIAL E SOLIDÁRIA NA ECONOMIA NACIONAL

A verdadeira importância da economia social e solidária só foi revelada, quando há dois anos foi criada a Conta satélite da Economia Social com valores relativos a 2010, sendo demonstrada a verdadeira dimensão do sector social no todo nacional, por exemplo:

VAB (valor acrescentado bruto) o agregado de economia social registou um valor superior a actividades como eletricidade, gás, agricultura, silvicultura e pesca e ainda agro-indústria e telecomunicações, indústria textil, madeira, etc. tendo sido apenas superado pelas actividades: Financeiras e Seguros; Construção; Transportes e Armazenagem e Saúde.

ECT (emprego remunerado) o agregado da economia social só foi superado pela Construção, todos os outros sectores contribuíram com menores volumes de emprego para a economia nacional. Salientando o peso relativo das IPSS na economia social é de registar o seu contributo em 50,1% do VAB e 42,6% do emprego. Portanto, o peso das IPSS é de cerca de metade de todo o valor acrescentado e do emprego no total da

economia social. Espera-se que esta Conta Satélite seja actualizada, ainda este ano, em relação ao ano de 2013, para que possamos ter uma ideia mais actualizada do impacto das nossas instituições no todo nacional. Como todos sabemos, nos últimos quatro anos as IPSS cresceram tanto em número de equipamentos como em respostas sociais, emprego e valor acrescentado para a nossa economia. Devemos salientar a importância que o governo actual tem dado ao sector da economia social e solidária através de acções de flexibilização em alguns requisitos dos equipamentos e financiando respostas que se apresentaram cruciais para responder às carências de vária ordem que afectaram a sociedade portuguesa neste período e que ainda persistem.

CONTEXTO ECONÓMICO E SOCIAL

Desde há cerca de vinte anos o acelerar da globalização económica e financeira criou um ambiente de elevada interdependência e complexidade que tem criado desequilíbrios a vários níveis e uma crescente desigualdade de rendimentos entre os indivíduos. Portugal tem sido afectado negativamente, derivado ao seu modelo económico centrado nas exportações e baseado em baixos salários. Esta situação, agravou-se, particularmente, nos últimos quatro anos devido às razões que todos conhecemos conduzindo a uma situação social difícil e complexa, a par de uma população muito vulnerável e envelhecida, baixas qualificações escolares e técnicas, e elevados níveis de desemprego, pobreza e de exclusão social. Um resultado deste quadro é o facto de, em relação à média do rendimento da União Europeia, Portugal convergiu para essa média nos primeiros 10 anos (1986-1996) mas tem divergido para essa média nos últimos vinte anos. A competitividade das empresas e dos países baseia-se cada vez mais em processos de produção que incorporam elevados níveis

de tecnologia, inovação e de produtividade, deixando muito poucas oportunidades a economias, cujo modelo económico se baseia, principalmente, em baixos salários como é o nosso caso; esta situação vai ter como consequência, certamente, o aumento da situação de exclusão social no nosso país.

COMO PODE SER LIBERTADO O POTENCIAL DA ECONOMIA SOCIAL E SOLIDÁRIA

Devido às especificidades das organizações de economia social e solidária, particularmente, a sua ligação à comunidade e acção centrada nas pessoas não deixando ninguém para trás, a capacidade de criação de oportunidades de emprego para pessoas com baixas qualificações, a contribuição para o crescimento da actividade económica local e regional, a sua identidade e carácter de disponibilidade e espírito de serviço das equipas de gestão das instituições e a sua importância na economia nacional, colocam o sector social numa posição de poder soltar todo o seu potencial e tornar-se um pilar significativo do desenvolvimento do país, transformando-se num sector do conhecimento, da inovação social e de criação de emprego que é um factor decisivo na redução da exclusão social.

As seguintes são propostas de acções que podem soltar o potencial da economia social e solidária em benefício da sociedade portuguesa.

a) próximo governo criar uma **"Secretaria de Estado da Economia Social e Solidária"** evidenciando ser este sector um sector estratégico para a economia nacional.

b) criar Grupos de Trabalho de 'alto nível' para identificar todo o potencial do sector e desenvolver estratégias e planos de acção para a sua implementação no terreno

c) aproveitamento exaustivo das oportunidades do Programa Portugal 2020

d) aumentar as interações com as

José Leirião
CNIS



universidades nos domínios da investigação, da inovação social e do conhecimento e assim aumentar a atractividade dos jovens para o sector da economia social e solidária

e) promover o desenvolvimento de teses de mestrado e doutoramento investigando as potencialidades e novas oportunidades do sector social.

f) capacitação dos dirigentes e técnicos e introdução de sistema de gestão da qualidade

g) melhores condições de trabalho e de remunerações salariais (importante elevar o nível do sector - melhores remunerações, melhores serviços, pessoal mais motivado, clientes mais satisfeitos, angariação de clientes de elevados rendimentos)

h) melhor regulação e políticas públicas centradas nas pessoas

i) maior eficácia nos apoios de fundos estruturais e incentivos fiscais

j) aprofundar e descobrir novas formas de parceria ao nível local, regional e central envolvendo o sectores social, privado e público

k) identificar novas fontes e instrumentos de financiamento

l) promover redes de troca de 'boas práticas' e a colaboração entre pares na procura de sinergias

m) medição dos impactos das políticas públicas e a sua melhoria em projectos futuros

n) crescimento em equipamentos e diversificação de serviços (empresas sociais)

o) promover os mercados locais de economia solidária

p) as autoridades escutarem a voz das instituições no desenho das políticas públicas



Padre Lino Maia
Presidente da CNIS

Proteção de crianças e jovens

1. Segundo o relatório de Caracterização Anual da Situação de Acolhimento - CASA 2014, no fim do último ano estavam em instituições de acolhimento 8.470 crianças e jovens. Mais 25 que no ano anterior, sendo assim contrariada a progressiva diminuição que se vinha verificando desde 2005.

A grande maioria dos acolhimentos diz respeito a adolescentes e jovens entre os 12 e os 20 anos, com um peso de 68,7 por cento (5.088), seguindo-se as crianças com idades compreendidas entre os 0 e os 11 anos, com um peso de 31,3 por cento (2.662).

Relativamente à situação de perigo predominante que levou à situação atual de acolhimento da criança ou do jovem, destaca-se largamente a falta de supervisão e acompanhamento familiar. Segue-se a exposição a modelos parentais desviantes. A terceira maior problemática centra-se ao nível da negligência dos cuidados de educação e saúde. Assinalam-se ainda a ausência temporária de suporte familiar, a prática de comportamentos desviantes e a exposição a mau trato físico.

2. Muito citadas ultimamente por situações reais de perigo em que vivem algumas crianças têm sido as Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ). Por ineficácia ou não.

Segundo a Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, as CPCJ são "instituições oficiais não judiciais com autonomia funcional que visam promover os direitos da criança e do jovem e prevenir ou pôr termo a situações suscetíveis de afetar a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento integral". A sua intervenção tem lugar quando não seja possível às entidades com competência em matéria de infância e juventude atuar de forma adequada e suficiente a remover o perigo em que se encontram.

Na sua modalidade alargada compete à CPCJ desenvolver ações de promoção dos direitos e de prevenção das situações de perigo. Nomeadamente: informar a comunidade sobre os direitos da criança e

do jovem e sensibilizá-la para os apoiar sempre que estes conheçam especiais dificuldades; promover ações e colaborar com as entidades competentes na deteção dos factos e situações que afetem os direitos e interesses; colaborar com as entidades competentes no estudo e elaboração de projetos inovadores no domínio da prevenção primária dos fatores de risco, bem como na constituição e funcionamento de uma rede de respostas sociais adequadas.

À comissão restrita compete intervir nas situações em que uma criança ou jovem está em perigo. Nomeadamente: atender e informar as pessoas que se dirigem à comissão de proteção; apreciar liminarmente as situações de que tenha conhecimento; proceder à instrução dos processos; decidir a aplicação e acompanhar e rever as medidas de promoção e proteção, com exceção da medida de confiança a pessoa selecionada para a adoção ou instituição

com vista a futura adoção.

As Comissões de Proteção podem aplicar medidas de apoio junto dos pais ou de outro familiar, de confiança a pessoa idónea ou de acolhimento em instituição.

3. Os dados antes referidos de Casa 2014 fazem ver que, pela primeira vez desde 2005, foi contrariada uma progressiva tendência de diminuição de crianças e jovens em situação de acolhimento. Contrariamente ao que durante muito tempo se verificou, começam a ser mais velhos os que são institucionalizados e são mais aqueles que são institucionalizados do que os adotados. Porquê?

Certamente que as circunstâncias e as razões são plurais. Mas uma se destaca: na atualidade já não são tanto as crianças pobres, sem suficiente retaguarda familiar ou de meios deprimidos a serem acolhidas, mas, em ritmo de tendência,

pré-adolescentes, alguns dos quais já com graves alterações de comportamento. Assim se torna mais difícil a adoção e mais prolongado e problemático o acolhimento.

A nova realidade vem mostrar a importância do refortalecimento das CPCJ para funcionarem a montante. E a importância das Instituições de Solidariedade pelas suas competências e pela sua proverbial disponibilidade de apoio.

Mas, não é suficiente.

As CPCJ carecem de maior estabilidade e consistência. A sua atual estrutura organizacional (somatório de técnicos, oriundos/destacados por diversas entidades) tem tempos de permanência diferentes e flutuantes, pelo que estão mais atiradas para um papel supletivo.

A importância, dimensão e complexidade dos desafios com que se confrontam as CPCJ, apoiadas pelas Instituições, implica um significativo reforço de competências, de meios e de estabilidade.

Foto: D.R.



PROGRAMA EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

Ajudar as IPSS a poupar na fatura de eletricidade

Meia centena de instituições de solidariedade social vão participar num programa de eficiência energética que as ajudará a reduzir o valor da fatura da eletricidade e a aplicar esse ganho na sua missão, anunciaram os promotores do projeto.

O programa “Polo Positivo” foi criado pela ADENE - Agência para a Energia, pela ENTRAJUDA – Apoio a Instituições de Solidariedade Social e pela Sair da Casca, consultora em desenvolvimento sustentável, com o objetivo de melhorar a eficiência energética em Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS).

Numa primeira fase, o Polo Positivo, concebido no âmbito do Plano de Promoção e Eficiência no Consumo de Energia Elétrica 2013-2014, promovido pela ERSE – Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos, vai abranger 50 IPSS que foram selecionadas entre as 334 instituições de todos o país que se candidataram ao programa, referem os parceiros do projeto em comunicado.

Em cada uma das instituições será realizado um diagnóstico de eficiência energética, que inclui um programa de medidas acompanhado de um plano de formação e

sensibilização adequado a cada uma das IPSS, sendo posteriormente assegurado por técnicos especialistas a monitorização dos resultados.

“Cada instituição ficará a conhecer a fundo as suas fragilidades a nível da eficiência energética e a forma como pode reverter a situação”, sublinha o comunicado.

No final do ano, estas instituições “irão ver reduzido o valor da sua fatura de eletricidade, permitindo-lhes assim pouparem recursos financeiros e aplicá-los na sua missão social”, acrescenta.

Para os parceiros do Polo Positivo, este programa reúne um conjunto de vantagens para as IPSS abrangidas.

“Acreditamos que a adoção de comportamentos e práticas mais eficientes no consumo de recursos energéticos permitirá às IPSS pouparem recursos financeiros, orientando-os para a sua missão social”, afirma a presidente da direção-geral da ADENE, Gabriela Prata Dias, no comunicado.

O programa Polo Positivo decorre até 31 de Dezembro e no final do ano serão divulgadas as 10 IPSS que obtiveram os melhores resultados ao nível da eficiência energética.



Convite Sessão de Esclarecimento

Abertura PORTUGAL 2020 Apoios para a Economia Social

A UDIPSS de Santarém convida-o a estar presente no próximo dia 6 de maio das 9h30 às 12h30 na Fundação Dr. Agostinho Albano de Almeida, em Ourém, a fim de dar a conhecer as oportunidades do novo quadro comunitário de apoio.

Programa da Sessão

- 9h30 • Receção aos Participantes
- 9h45 • Abertura da Sessão pelo Presidente da UDIPSS de Santarém
Sr. Eduardo Mourinha
- 10h00 • Apresentação das oportunidades do novo Quadro Comunitário de Apoio para a Economia Social
- 11h00 • Coffee-break
- 11h30 • Esclarecimentos / Debate
- 12h30 • Encerramento da Sessão

“A REVISÃO DO ESTATUTO DAS IPSS” Dr. Luís Soares Correia.



07 de Maio de 2015

Plano da Sessão e temáticas:

1. A revisão do Estatuto das IPSS operada pelo Decreto Lei 172-A/2014 e a Lei de Bases da Economia Social;
2. A obrigatória revisão de cada um dos actuais estatutos de cada IPSS- Razões e prazos;
3. Conteúdos obrigatórios e facultativos: a opção por um documento mais simplificado ou mais extenso;
4. Exemplo de uma metodologia de trabalho;
5. Legislação e fontes;
6. Período de perguntas e respostas.

Local: Auditório do Centro Distrital de Aveiro do Instituto da Segurança Social, I.P.

Horário: Início às 14h00 terminus às 16h50.



Instituição
Nome do Participante
Função

(A Ficha de Inscrição deve ser enviada até 07 de Maio para uniaoipssaveiro@gmail.com)



Sessão de Esclarecimento

14 de Maio de 2015

14.30 horas

Local: Auditório do Colégio Sagrado Coração de Jesus - BRAGANÇA

Objetivos:

- Abordagem ao Compromisso de Cooperação para o Setor Social e Solidário - Protocolo para o Biénio 2015-2016
- Abordagem às novas Orientações Técnicas (Circular N.º 4 e N.º 5 da DGSS)
- Apresentação dos Modelos de Regulamentos Internos para as seguintes Respostas Sociais:
Creche, Jardim de Infância, Centro de Dia, ERPI, SAD e Lar Residencial

FICHA DE INSCRIÇÃO

IDENTIFICAÇÃO:

Nome do(s) participante(s) e Função

IPSS:

Telefone: _____ E-mail: _____

Localidade: _____

Destinatários: Dirigentes e Técnicos das IPSS Associadas

Sessão gratuita mas de inscrição obrigatória.
Agradecemos o preenchimento desta Ficha e a sua
devolução até 2 dias antes da Sessão para:
uipssdb@gmail.com ou Telefax 273 313 725

IMPACTES ECONÓMICO E SOCIAL

Cada euro investido nas IPSS vale 2,46 euros

Cada euro investido nas IPSS dos municípios de Idanha-a-Nova, Macedo de Cavaleiros, Montijo e Peniche gera, em média, 2,46 euros de benefícios sociais, revela o estudo promovido pela CNIS e apresentado no concelho raiano de Idanha-a-Nova.

“Este estudo que é sobre quatro concelhos do País e confirma aquilo de que já havia impressão, que as instituições de solidariedade têm uma enorme importância no sentido da promoção de atividades económicas”, comentou, ao SOLIDARIEDADE, o padre Lino Maia no final da apresentação do estudo, que decorreu no Centro Cultural Raiano.

Especificando, o presidente da CNIS explicou que as atividades económicas devem ser entendidas “no verdadeiro sentido de economia, que é a promoção, o governo, a ajuda à pessoa e não propriamente a criação de mercado”.

Neste particular, o presidente da CNIS foi muito assertivo, sublinhando o papel das IPSS ao longo do território nacional: “A economia visa as pessoas e não o lucro. Aqui as instituições sociais têm uma importância determinante, porque não visando o lucro, mas o apoio às pessoas, ajudam as pessoas a viver com mais qualidade e mais esperança”.

Ciente da dimensão do estudo, o padre Lino Maia referiu a necessidade de se promover um estudo à escala nacional para, “de algum modo” também dar ao País a ideia de que o futuro está em darmos um sentido novo à economia, ou seja, a economia ao serviço das pessoas e não as pessoas ao serviço do mercado”.

O estudo «Impactes Económico e Social das IPSS», realizado pelo IPI Consulting Network, foi apresentado pelo seu coordenador Carlos Medeiros que, depois de explicar o âmbito e a metodologia adotados, revelou os principais resultados da investigação que incidiu sobre quatro concelhos: Idanha-a-Nova, Macedo de Cavaleiros, Peniche e Montijo.

“São quatro estudos de caso dos impactos económico e social das IPSS e uma proposta de estratégia de atuação para a sua maximização”, explicou Carlos Medeiros, concretizando: “Trata-se de um estudo pioneiro, que permitiu quantificar os impactos económicos diretos, indiretos e induzidos das instituições da Economia Social nos quatro concelhos, assim como o seu impacto social, ter um cenário quantificado do papel das IPSS ao nível do concelho e compreender como as IPSS são fundamentais para a economia dos municípios,

em especial os mais envelhecidos e desertificados”.

O estudo é um retrato ao nível micro do papel fundamental da Economia Social na sociedade portuguesa, cujos resultados não podem deixar de ser tidos em conta.

Versando dois concelhos do Interior, predominantemente rurais e com uma população muito envelhecida (Idanha-a-Nova e Macedo de Cavaleiros) e dois da zona Litoral, um deles da Área Metropolitana de Lisboa e um outro onde a pesca é o setor económico mais relevante (Montijo e Peniche), pretendeu-se com o estudo que, em quatro etapas, se conseguisse: quantificar o impacto económico da atividade das IPSS, com recolha de informação em fontes primárias e secundárias (IPSS, Municípios, INE, Segurança Social, etc.); Medir o valor social da atividade das IPSS, com a análise de 186 metodologias, tendo a escolha recaído no SROI (Retorno Social do Investimento), que compara o valor gerado por uma intervenção (benefícios) com a despesa necessária (investimento) para a obter; Fazer a análise comparada do impacto económico e social nos quatro municípios, na ótica dos impactos económico e social e na ótica das respostas sociais; Propor uma estratégia e ações para maximização dos impactos (dirigida às IPSS e ao legislador).

E como principais conclusões, Carlos Medeiros destacou o facto de o retorno social ser sempre positivo, assumindo maior importância em Idanha-a-Nova, onde cada euro investido numa IPSS tem um retorno social de 5,27 euros. Dentre os quatro concelhos analisados, o retorno social mínimo e em média é de 2,46 euros.

Por outro lado, quanto à quantificação dos impactos económico e social das IPSS nos respetivos concelhos, Carlos Medeiros revelou: “Um aumento de 3% do total da Produção; um aumento de 9% do total do VAB; e um aumento de 6% do total do Emprego.

Por isso foi-lhe fácil concluir que “o custo suportado pela sociedade é mais do que compensado pelos benefícios sociais que proporcionam”.

O estudo não se ficou por analisar a realidade e dela retirar conclusões, pretendeu essencialmente apontar caminhos para que se possa maximizar os impactos das IPSS.

Assi, o estudo deixa um conjunto de propostas: Para as IPSS, que integrem a estratégia de desenvolvimento territorial e de inclusão social dos municípios onde estão inseridas; que desenvolvam a avaliação dos



	Impacte Social	
	SROI (a)	Benefício Médio Mensal (por utente)
Concelhos	Euros	Euros
Idanha-a-Nova	5,27	832,04
Macedo de Cavaleiros	3,15	812,21
Montijo	3,27	720,28
Peniche	1,15	348,43

(a) “Social Return on Investment”. significando “Retorno Social do Investimento”

diferentes aspetos da sua sustentabilidade e adotem medidas para a sua melhoria; que identifiquem e avaliem boas práticas e casos inovadores e promovam a sua divulgação e implementação; para o Estado, que o poder autárquico e o poder central tenham em conta o impacto económico e social das IPSS ao definir as suas políticas.

A este propósito, Carlos Medeiros instou o padre Lino Maia a “usar do seu grande poder de influência junto dos governantes para que haja um efetivo apoio ao empreendedorismo, às microempresas e ao emprego próprio”, que necessitam de uma “atenção diferenciada”.

A sessão de apresentação do estudo

foi presidida pelo edil de Idanha-a-Nova, Armindo Moreira Jacinto, e contou ainda com a presença de Fernando Nogueira, presidente da Fundação Millennium BCP, que, em jeito de resumo, afirmou: “Tinha a certeza empírica de que o estudo iria dar estes resultados sobre a grande importância deste setor social”.

A sessão contou ainda com a participação de Américo Mendes, da Universidade Católica do Porto que contextualizou o estudo com uma alocução intitulada «O papel da Economia Social no Desenvolvimento Territorial».

ASSOCIAÇÃO CLÍNICA FRATER, BARREIRO

Pela saúde dos mais carenciados

A Associação Clínica Frater nasceu em 2004, quando um grupo de pessoas ligadas à saúde, na grande maioria médicos bastante diferenciados, consideraram que podiam ajudar pessoas carenciadas, principalmente, na área da saúde, mas não só.

“Há 11 anos a situação do País não era tão grave como é hoje, mas já nessa altura havia dificuldades e gente pobre”, refere o presidente da instituição sediada no Barreiro, João Maia.

Ao longo de pouco mais de uma década de atividade só no Barreiro e apenas para pessoas carenciadas, a instituição, que ocupa o primeiro andar de um prédio no centro da cidade, já disponibilizou mais de um milhar e meio de dias de consultas de Medicina Interna e Clínica Geral, sem contar com as consultas de outras especialidades. Mais de 300 sessões exclusivas de rastreios de tensão arterial, colesterolémia, glicémia e, nos últimos anos, também de avaliação prostática e de rastreio de lesões potencialmente malignas da pele, a maioria realizadas de forma rotativa em todas as oito freguesias do concelho, e ainda mais de trezentas sessões em acumulação com cuidados de enfermagem, o que perfaz dezenas de milhar de exames de rastreio.

Para tal, a Frater conta desde sempre com a colaboração de perto de 50 médicos, de cerca de duas dezenas de especialidades médico-cirúrgicas, dos quais cerca de uma dúzia são chefes de serviço e a grande maioria dos restantes assistentes graduados, e ainda de numerosos enfermeiros e técnicos superiores de saúde.

“Os objetivos da Associação Clínica Frater são valores essencialmente assentes em três pilares: ética, solidariedade e procura da competência baseados na cooperação”, sustenta o presidente, que acrescenta a estas linhas mestras uma característica basilar na atividade da instituição: “Toda a gente nos diz que é única no País, porque em todo este tempo nunca ninguém aqui pagou um cêntimo, nem nunca ninguém recebeu um cêntimo, direta ou indiretamente”.

Neste sentido, e porque até há pouco tempo não havia uma definição oficial de carenciado, a associação tem adotado um critério com o qual se tem dado bem e que João Maia passa a explicar: “Ainda hoje, tanto quanto sei, não há uma definição oficial de carenciado, por isso avançamos com um sistema que não nos parece mal. Pelo cartão de saúde sabe-se logo se a pessoa ganha abaixo do salário mínimo, mas isto pode não dizer tudo, porque há

pessoas com reformas de 300 euros, mas que têm um filho engenheiro, uma filha médica e outro advogado e chegam de Mercedes. Ora, estas pessoas não têm direito. Já o inverso também acontece, ou seja, pode até ganhar um pouco acima do salário mínimo, mas se tem cinco filhos e o sogro acamado, claro que tem direito. A regra é aquela, mas depois há adaptação por conhecimento”.

Para além de todos os cuidados médicos que a Frater presta, o grande avanço que a associação deu à saúde no concelho do Barreiro foi através da promoção de rastreios, cujos números já foram referidos.

“Há 11 anos não se falava de rastreios”, argumenta, acrescentando: “Fazemos dezenas de milhares de exames e quase mil sessões de rastreios e tudo de borla. O Barreiro tem uma particularidade interessante, porque ainda antes de existir o Serviço Nacional de Saúde, fez-se nesta terra o rastreio a todas as crianças da antiga instrução primária, juntamente com o hospital, nas próprias escolas, com exames aos olhos, aos ouvidos, diabetes e tensão arterial. Isto aconteceu há cerca de 40 anos”.

Apesar de avançar com algumas respostas que o sistema público muitas vezes não dá ou dá de forma deficitária, a Frater não pretende substituir-se ao SNS.

“É algo complementar seja do SNS, seja da medicina privada, seja da medicina pública, pois apenas queremos ser complementares”, sustenta João Maia, que a propósito dos tempos de crise e do aumento das taxas moderadoras diz: “Agora fala-se muito das taxas moderadoras, mas há um fator mais importante para os utentes com carências do que as taxas moderadoras, porque como se sabe há muita gente que está isenta. Um problema muito maior para estas pessoas são os transportes. O transporte penaliza muito mais as pessoas do que propriamente as taxas moderadoras. É evidente que à medida que a carência cresce, as pessoas deixam de comprar medicamentos, deixam de fazer exames, deixam de ir à consulta”.

E a grande mais-valia da Frater para estas pessoas mais carenciadas é que ali “sabem que pela consulta não pagam nada”, para além de que também recebem os medicamentos, uma vez que a associação pertence ao Banco do Medicamento.

Aliás, a história acabou por dar razão à Frater, quando no início de atividade fornecia gratuitamente os medicamentos, numa altura em que não era legal fazê-lo.



“Há 11 anos era proibido dar medicamentos, depois houve uma altura em que era tolerado e hoje é algo estimulado. Quando isto começou fomos confrontados em estar entre a legalidade e a moralidade e fizemos a opção pela segunda. Desde o início que damos medicamentos, controlados apenas por médicos, enfermeiros e técnicos de farmácia e hoje está tudo de acordo connosco”, sublinha.

Outro ponto que é muito caro à Frater é a informação esclarecida: “Sem uma população informada e esclarecida não há nada. Há três intérpretes nestas questões da saúde, que são as instituições, desde o mais pequeno Centro de Saúde até ao Ministério, que é a parte institucional; outro é o fator humano, que são os profissionais de saúde; e uma terceira, que normalmente está esquecida, que é o utente. Se as instituições, por absurdo, andassem todas impecavelmente e se os profissionais funcionassem, igualmente, de forma impecável, mas o terceiro elemento não funcionar bem, a coisa não funciona. E nós temos um cuidado extremo com a informação”.

Assim, a associação já promoveu cerca de uma centena de sessões-debate públicas, e mais de uma centena de informações impressas sobre diversas patologias, tal como a divulgação de vídeos do mesmo género, distribuídos por todo o concelho, e períodos de informação administrativa sobre Segurança Social para a população em geral.

“A informação das pessoas e prevenção da doença são os pontos-chave. Quando começamos com as sessões de esclarecimento, há coisa de nove anos, o concelho tinha oito freguesias e fizemos

uma em cada freguesia”.

Sem nunca ter recebido qualquer apoio estatal, os responsáveis da Frater não esmorecem nos seus propósitos e mostram-se esperançados no Portugal 2020. No entanto, e apesar das “imensas fragilidades, especialmente a nível administrativo”, é com orgulho que João Maia afirma que o bom da situação financeira da associação é “não estar no negativo, o que já é bom”.

Construída que está a Unidade de Cirurgia de Ambulatório, se bem que no local errado, e que era uma das propostas feitas pela Frater há quase uma dezena de anos, a associação pretende ver avançar quatro projetos estruturantes na área da saúde no Barreiro: uma Unidade de Medicina Nuclear, uma Unidade para Doentes com Alzheimer, uma Unidade de Medicina Hiperbárica e um Centro de Rastreios.

“Pôr isto em prática da forma mais correta era em parceria com o hospital, mas as dificuldades são dantescas. Toda a gente gosta e está de acordo, mas depois, para começar não há dinheiro, e são só dificuldades”, lamenta.

Mais recentemente, a Frater fez os acordos possíveis com as entidades locais convencionadas com o Serviço Nacional de Saúde que o desejaram e que permitem às pessoas apoiadas e aos sócios pagarem menos em medicamentos e exames complementares de diagnóstico e, em simultâneo, também óculos, aparelhos auditivos e próteses dentárias. “Nada de descontos, mas sempre com preço mais barato e, muito importante, fixo”.

CENTRO SOCIAL DE ERMESINDE

Homenagem aos funcionários em dia de aniversário

O Centro Social de Ermesinde celebrou 60 anos de vida, promovendo uma cerimónia em que foram homenageados os funcionários com 20 e mais anos de casa.

Após o ato em que a Direção distinguiu os referidos colaboradores da instituição, seguiu-se um almoço convívio que contou com a presença do presidente da Câmara Municipal de Valongo, José Manuel Ribeiro, do presidente e do presidente-adjunto da CNIS padre Lino Maia e João Dias, respetivamente, do presidente da UDIPSS Porto, padre José Baptista, da Direção do Centro Social de Ermesinde, encabeçada pelo seu líder máximo Henrique Rodrigues, e ainda diversos representantes do poder local e das autoridades municipais.

Em brevíssimas alocuções, o edil de Valongo sublinhou o importante papel social desenvolvido pela instituição de Ermesinde e ainda um profícuo trabalho levado a efeito pela CNIS na defesa dos mais desfavorecidos, enquanto o padre Lino Maia enfatizou a importância dos trabalhadores das IPSS, em particular os do Centro Social de Ermesinde ali homenageados, recordando que sem eles a ação das instituições do Setor Social Solidário não seria possível.

Recorde-se que tudo começou em 1949 com a Sopa dos Pobres de Ermesinde e que seis anos volvidos daria origem ao Centro Social de Ermesinde.

Apesar de ser uma instituição que nasceu à sombra do impulso da Sopa dos Pobres, movimento que percorreu Portugal no final da década de 1940, início da de 1950, impulsionado pelo padre Américo

Aguiar, portanto com algumas conotações religiosas, surgiu como uma organização da sociedade civil de Ermesinde.

Esta tem sido a matriz da instituição que, como disse ao SOLIDARIEDADE, o seu presidente, “está muito enraizada na sociedade de Ermesinde, mas igualmente muito ligada aos valores mais tradicionais que fizeram esta terra”.

O Centro Social de Ermesinde procura preservar esses ideais que desde início guiam a instituição: “Procuramos que esses valores que enformam a nossa maneira de estar no Mundo também sejam a forma de atuar e o quadro de referência do Centro. É importante que as IPSS promovam a igualdade de oportunidades, o desenvolvimento social, a consciência cívica e a defesa e consciência dos direitos sociais das pessoas, mas não se pode esquecer que havendo necessidades imediatas do ponto de vista físico, a nível de comida e vestuário, a rede tem que funcionar nesse primeiro nível”.

A celebração terminou com uma pequena atuação do Grupo Tocátocar, da Associação Académica e Cultural de Ermesinde.



SUSPEITAS DE IRREGULARIDADES

Obra Diocesana de Promoção Social alvo de buscas

As buscas da Polícia Judiciária na Obra Diocesana de Promoção Social do Porto decorreram no âmbito de um inquérito que investiga a prática de crime de burla tributária à Segurança Social, informou a Procuradoria-Geral da República (PGR). O inquérito teve origem num relatório da Inspeção da Segurança Social, que também participou nas buscas. Terão sido detetadas diversas irregularidades na organização, nomeadamente a inflação do número de utentes que terá permitido à instituição receber fundos indevidamente.

O inquérito corre termos no Departamento de Investigação e Ação Penal (DIAP) do Porto e a investigação é dirigida pelo Ministério Público e coadjuvada pela PJ. “Está em causa a eventual prática do crime de burla tributária à segurança social”, adiantou a PGR, sublinhando que o inquérito está em segredo de justiça. Terão decorrido também buscas noutros locais da cidade, incluindo em residências de dirigentes da Obra Diocesana. “Trata-se de uma operação de buscas realizada na sede [da instituição] num processo que corre termos no DIAP do Porto e que está em segredo de justiça”, disse um coordenador da PJ, que sublinhou estar mandatado para proferir apenas essa curta declaração.

O padre Lino Maia, presidente da Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade e assistente Eclesiástico da Obra Diocesana de Promoção Social, explica que “em causa estaria a adulteração do número de utentes reportados ao Instituto de Segurança Social para efeitos de obtenção de financiamento.

O padre Lino Maia, representante do Bispo do Porto naquela instituição, referiu ainda que “é bem provável que o zelo de trabalhadores tenha provocado alguma não-conformidade de informação à Segurança Social sobre a variação de utentes. Não podendo louvar, também não podemos condenar sem alguma reflexão... Responsabilidades? Certamente serão apuradas. Obra está já muito disponível para a respetiva devolução...”

A ODPS é uma instituição particular de solidariedade social, presidida por Américo Ribeiro. Foi fundada em 1964 pela Diocese do Porto. Emprega mais de 400 pessoas e recebe de subsídios da Segurança Social de mais de cinco milhões de euros, dispõe de serviços em 12 bairros sociais da cidade do Porto, entre creches, pré-escolar, centro de actividades de tempos livres, centros de convívio, centros de dia, cantinas sociais e serviço de apoio domiciliário. do o resultado líquido da instituição ultrapassado os 224 mil euros.

LAR DE S. JOSÉ, COVILHÃ

Há mais de um século a acolher pobres

Nasceu Albergue dos Pobres em 1900 e dois anos volvidos já acolhia 40 pessoas, que estavam a cargo das Irmãs dos Pobres. Com o advento da República, as religiosas abandonaram a instituição, mas já sob gestão de leigos dá-se o regresso das irmãs, em 1927, agora das Franciscanas da Imaculada Conceição. E ali prestaram serviço até 1985, quando o Lar de S. José já era dirigido pelo atual presidente, José Brito Rocha.

Foi só em 1970 que, por sugestão da Direção-Geral da Assistência Social, o nome da instituição foi alterado para Lar de S. José, mas as condições não deixavam de ser as de um pobre albergue.

“Quando aqui cheguei isto era uma desgraça com os homens a dormir lá fora nos galinheiros. Havia apenas meia-dúzia de freiras e isto não tinha nada que ver com o que é hoje”, afirma José Brito Rocha, que tomou posse pela primeira vez em 1983.

Desde então a instituição entrou num ciclo de crescimento e melhoria, não apenas em termos de instalações, mas igualmente no tratamento aos utentes.

“Isto era o albergue de inválidos do trabalho porque a casa sempre foi dedicada aos empregados da indústria dos lanifícios. Ainda hoje recebemos umas verbas de algumas fábricas, especialmente das do Paulo Oliveira. Sempre foi muito dedicada aos empregados e familiares dos empregados da indústria dos lanifícios”, conta o presidente, contextualizando: “Isto é uma casa de pobres, um lar de pobres. Tudo o que é pobre vem para esta casa. Os remediados e os ricos têm outras instituições, mas o que acontece é que muitos vão para os privados mas depois, porque as mensalidades são muito altas, vêm cá bater à porta”.

Esta situação deve-se, na opinião de José Brito Rocha, porque “o Lar de S. José não recebe nada que não seja dado, ninguém é obrigado a dar nada”.

E porque é uma casa vocacionada para acolher gente carenciada, as participações são baixas e não é possível exigir muito. “Nesta casa é proibido receber jóia e como a maior parte das pessoas são pobres chegam aqui apenas com as suas reformas muito baixas. O que acontece atualmente é que os familiares que ficaram de dar mais algum para completar a mensalidade, porque ficam desempregados deixam de poder fazê-lo e pedem para deixar de pagar as fraldas e outras coisas”, revela o presidente, acrescentando: “Hoje o custo médio de um idoso é de quase 900



euros/mês, mas aqui não lhes falta nada. Os idosos vêm para cá, mas depois os familiares necessitam das reformas dos idosos para subsistirem e vêm cá buscá-los. Muitas vezes acabam por voltar e numa situação pior do que aquela em que foram, o que aumenta os custos, especialmente, em termos clínicos. Isto tem acontecido essencialmente nos últimos anos”.

José Brito Rocha, que também preside à Mesa da Assembleia Geral da UDIPSS Castelo Branco, sublinha mesmo que este é uma realidade muito concreta: “Este é um problema que se sente por todo o Interior do País, muito em especial no nosso distrito”.

Nesta linha de pensamento, o presidente da instituição covilhanense lança mais uma crítica à febre de construção de ERPI (Estruturas Residenciais Para Idosos).

“As câmaras municipais, que tinham muito dinheiro na altura, entenderam que deviam fazer um lar em cada aldeia, por mais pequena que ela fosse. A verdade é que os idosos vão desaparecendo e agora estão em situações extremamente graves. Muitos lares estão com meia-dúzia de pessoas, o que acaba por não dar para os gastos e, depois, acabam por recorrer ao Lar de S. José.

Gastaram-se milhares de contos para fazer lares por essas aldeias fora, que agora estão despovoadas e os poucos idosos que lá estão ou estão em centros de dia ou

vêm para o Lar de S. José”, acusa, sublinhando: “No concelho da Covilhã, o Lar de S. José é a casa que recebe toda a gente que é pobre, indigente e todas as pessoas que a Segurança Social envia, muitas em estado lastimável”.

A instituição está com a capacidade máxima lotada, acolhendo de momento 167 utentes, contando ainda com uma lista de espera de cerca de 200 pessoas.

Para além desta resposta social, o Lar de S. José tem ainda um Serviço de Apoio Domiciliário, em que apoia, sete dias por semana, 45 utentes, e uma Cantina Social, onde serve 50 refeições dia.

Aliás, a alimentação é um dos cartões-de-visita da instituição, que por mês confeciona 29 mil refeições, não apenas para consumo próprio.

“Temos uma procura fantástica para fornecimento de refeições para o exterior. Há muitas instituições da cidade que vêm aqui buscar a comida, sinal de que a comida aqui é boa”, sustenta José Brito Rocha, que revela ainda uma das últimas apostas da instituição, também ligada à vertente da alimentação, mas muito importante para a sustentabilidade do centenário lar: “Aproveitando o pessoal, cultivamos uns terrenos que temos, que servem para a cozinha, e ainda temos alguns animais, como galinhas, frangos, patos e coelhos. Temos ainda um pomar em que plantámos 300 macieiras, de três qualidades de maçãs”.

A investida agropecuária, para além de ter criado alguns postos de trabalho, é ainda uma ajuda à redução de despesas no sentido do equilíbrio financeiro. A isto junta-se, a propriedade de um outro espaço para dar formação que a instituição também aluga a outras entidades e onde a Direção alvitra lançar uma outra atividade: “Como aquilo tem uma boa cozinha, estamos a pensar fazer lá uns batizados, pois será mais uma fonte de receita”.

José Brito Rocha aponta como grandes despesas da instituição “os gastos com a alimentação e os consumos de eletricidade e de gás para o aquecimento”, pelo que estão a projetar “investir na instalação de uns painéis solares, para tentar compensar o gasto com energia elétrica”.

Apesar de todas as dificuldades, “a saúde financeira da instituição é boa, o Lar de S. José não tem problemas nenhuns”, sustenta o presidente, que lembra ainda um fator importante nas contas da casa: “Temos umas reservas e fomos aproveitando algumas dádivas de pessoas que estiveram no Lar e que ofereceram algumas casas. É verdade que ainda recebemos algumas dádivas, mas já houve mais. Normalmente o que acontece é que as pessoas vêm para cá e acabam por trazer tudo o que têm e, por vezes, trazem peças valiosas, mas essas são coisas que não vendemos. Normalmente, o que as pessoas trazem, após a sua morte, fica para o

Lar, porque dantes a pessoa tinha um anel e depois apareciam cinco filhos a pedir o dito anel... Neste momento há regras no lar que permitem evitar essas situações. Havia pessoas que passados 10 anos vinham cá para buscar a roupa do familiar falecido, como se a roupa ainda fosse a mesma ou ainda cá estivesse. Acabou-se com isso tudo e criou-se um regulamento em que está definido o que cada pessoa deve trazer”.

E há que encarar as dádivas de forma pragmática, pois podem acarretar mais problemas do que vantagens: “Não podemos estar a administrar casas em Lisboa... Herdamos uma loja na Damaia, que de momento está abandonada. Estamos a ver se a vendemos, porque não estamos vocacionados para administrar esse tipo de situações. Quando nos dão alguma coisa longe da nossa vista, preferimos vender e aplicar o dinheiro na instituição”.

Depois de há cerca de dois anos terem terminado as obras de fundo de requalificação do edifício e espaço envolvente, a tarefa passa, nesse campo, pela contínua melhoria das instalações, como diz Francisco Adro, administrador da instituição: “Tentar melhorar as instalações, fazermos a instalação dos painéis solares, mudar o mobiliário do refeitório... Os projetos passam essencialmente pela melhoria das condições de trabalho para quem cá trabalha e de vida para os residentes. Como estas instalações são muito antigas requerem uma manutenção constante e que é sempre muito onerosa. Só em janelas já gastámos cerca de 60 mil euros e ainda não estão todas substituídas. Nos últimos oito anos gastou-se perto de um milhão de euros em obras de requalificação e na compra de equipamento para a lavandaria e a cozinha. Comprámos carrinhas para o SAD e pretendemos também instalar na sala de convívio um computador exclusivamente dedicado ao Skype, para que os residentes contatem os familiares, porque muitos estão emigrados e

poucas vezes cá vêm”.

Do total de 167 utentes, a esmagadora maioria são dependentes, sendo que a taxa de incontinência ronda os 70%, o que levanta algumas dificuldades ao trabalho dos 130 colaboradores (99 dos quais efetivos). Para além disto, as demências ganham terreno, sendo que na instituição há um elevado número de adultos com deficiência.

“O trabalho com o doente dependente e demenciado é mais difícil e quase impossível de fazer em grupo, tem que ser individualizado e com mais tempo, sendo que os resultados demoram muito mais tempo a surgir. Isto por vezes não é fácil de ser compreendido e requer recursos humanos técnicos. Obviamente, quanto mais gente temos, mais difícil é trabalhar individualmente”, explica Rosa Rocha, diretora-técnica, acrescentando: “A animadora trabalha com os mais autónomos, porque não está vocacionada para os outros, nem tem tempo disponível porque o trabalho com os autónomos já é muito. Nestas situações vamos valendo dos estágios curriculares e profissionais de Psicologia da Universidade da Beira Interior (UBI), porque têm disponibilidade para o trabalho individual. Da UBI também recebemos alunos das Ciências do Desporto para três vezes por semana desenvolverem atividades físicas com os nossos utentes”.

A para a responsável técnica pelo Lar, “os idosos adoram e gostam muito de todo o tipo de atividades, desde que não sejam grandes grupos de crianças a fazer barulho, está tudo bem”.

A maioria dos residentes tem muita idade, na ordem dos 80 anos, e as mulheres estão em maior número, sendo que é uma população muito heterogénea, mas de habilitações, maioritariamente, muito baixas. “O choque que por vezes existe é para os poucos que tem mais habilitações, que são, de facto, muito poucos”, explica, revelando que a utente mais idosa tem 105



anos, menos 10 do que a instituição, e o mais novo tem 42 anos, tem uma deficiência física, mas “grande habilidade manual”. A residente mais antiga tem agora 75 anos e está há meio século no Lar. “Veio ainda jovem porque sofre de Trissomia e nessa altura estas eram as casas para onde as mandavam”, explica a técnica.

“A vinda para o Lar para muitas das pessoas que aqui estão acabou por lhes melhorar em muito a vida. Acabou por ser

uma espécie de «upgrade», porque aqui são muito mais estimulados”, defende a psicóloga Magda Reis.

A completar 115 anos de existência, o Lar de S. José prossegue a sua missão de acolher os mais idosos e desprotegidos da Covilhã, preparando-se para enfrentar o futuro, sem sobressaltos e com as melhores condições possíveis para os que alberga.

PEDRO VASCO OLIVEIRA (TEXTO E FOTOS)



PARLAMENTO EUROPEU

Aprovada mais ajuda para programas de reinstalação de refugiados

O Parlamento Europeu (PE) votou o estabelecimento de uma quota vinculativa de repartição dos requerentes de asilo entre os Estados-membros da União Europeia (UE) e uma maior contribuição para programas de reinstalação de refugiados.

Os eurodeputados lamentam a falta de empenho dos líderes da UE, no Conselho Europeu de 23 de abril, para lidar com a situação dramática no Mediterrâneo e apelaram ao estabelecimento, pela Comissão Europeia, de uma quota vinculativa para a repartição dos requerentes de asilo entre todos os Estados-Membros da UE.

Uma proposta neste âmbito -- de dar

guarida a pelo menos 5.000 sírios na UE -- esteve na agenda da cimeira da semana passada, mas não foi aprovada pelos líderes dos 28.

O PE propõe ainda que os Estados-membros devem utilizar as possibilidades existentes de emitir vistos humanitários nas suas embaixadas e consulados e ponderar seriamente a possibilidade de acionar os mecanismos de proteção temporária ou de solidariedade em caso de fluxos massivos e súbitos de pessoas deslocadas.

Na resolução, os parlamentares europeus consideraram que a UE e os

governos nacionais devem fazer todos os esforços possíveis para impedir que mais vidas se percam no mar, incluindo através da extensão do mandato da operação Tritão, coordenada pela agência Frontex, às operações de busca e salvamento a nível da UE e de uma operação humanitária europeia de salvamento, sólida e permanente, que opere em alto mar.

Atualmente, a Tritão está limitada a 30 milhas náuticas da costa italiana, tendo o Conselho Europeu decidido apenas triplicar o seu financiamento, sem alterar a missão.

A resolução, aprovada por 449 votos a

favor, 130 contra e 93 abstenções, apela ainda à instituição de sanções penais tão pesadas quanto possível contra o tráfico e o contrabando de seres humanos e pede aos Estados-Membros que trabalhem em estreita colaboração com as agências europeias, como a Europol e a Frontex, para detetar as redes criminosas de passadores, localizar os seus financiamentos e identificar o seu modo de funcionamento para impedir que ponham em risco a vida dos migrantes para daí obterem lucros.

A Comissão Europeia apresenta no dia 13 de maio um pacote legislativo sobre imigração legal e ilegal.



SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS ECONOMIA SOCIAL

GESTÃO ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E OPERACIONAL

SOFTWARE PARA VÁRIAS RESPOSTAS SOCIAIS

- Centro de dia ✓
- Centro de noite ✓
- Cantina social ✓
- Unidade de cuidados continuados ✓
- Clínica ✓
- Internamento ✓
- Creche ✓
- Educação pré-escolar ✓
- Atividades de tempos livres ✓
- Centro de atividades ocupacionais ✓
- Estrutura residencial para idosos ✓
- Serviços de apoio domiciliário ✓

FORMAÇÃO . 2015

- Funcionalidades essenciais da Linha WinIPSS
- Iniciação ao MS Office: Excel, Word e PowerPoint
- Excel Avançado
- Curso Básico de Hardware
- Internet e Redes Sociais
- O OE 2015 e a Prestação de Contas 2014 nas ESNL
- Obrigações Contabilísticas e Fiscais das ESNL
- Revisão e alterações ao Código do Trabalho. O processamento de salários. Orçamento 2016
- Gestão de IPSS
- Programas de Apoio e Incentivos Nacionais e Comunitários para as IPSS
- Gestão da Qualidade nas IPSS
- A Higiene, Saúde e Segurança no Trabalho
- Marketing e Comunicação nas IPSS
- Gestão de Stress e Desenvolvimento de Competências Profissionais

+INFO. em www.f3m.pt

A F3M é o parceiro estratégico do Montepio na oferta de soluções informáticas para a Economia Social.



Montepio
Valores que crescem contigo.



SOFTWARE F3M

sessões de formação

Escolha a tecnologia certa para a sua atividade.

F3M Information Systems, S.A. | www.f3m.pt

HEAD OFFICE: Edifício F3M, Rua de Linhares, 4715-435 BRAGA | Tel. (+351) 253 250 300 | e-mail: contacto@f3m.pt | LISBON BRANCH: Rua Luís de Camões, n.º 133, 1.º C, 1300-357 LISBOA | Tel. (+351) 213 636 271 | e-mail: info@f3m.pt

Head Office, Braga | Lisbon Branch, Lisboa | Moçambique Branch, Maputo | Angola Branch, Luanda

FUNDOS COMUNITÁRIOS

Concursos para IPSS abrem em junho

O ministro da Solidariedade, Trabalho e da Segurança Social, Pedro Mota Soares, anunciou que em junho vão abrir as candidaturas para as IPSS concorrerem aos novos fundos comunitários.

“Queremos já a partir do próximo mês de junho ter abertas as candidaturas nesta área aos contratos locais de desenvolvimento social e à rede local de intervenção social, para podermos muito rapidamente começar a utilizar as verbas comunitárias e, acima de tudo, chegar às pessoas”, disse Mota Soares.

O ministro falava após ter reunido em Albergaria-a-velha com dirigentes de mais de uma dezena de instituições particulares de solidariedade social, para expor as linhas de orientação dos novos fundos comunitários na área social.

“Portugal pela primeira vez tem programa operacional especificamente

dirigido para a dimensão da ação social. Estamos a falar de mais de 2 mil milhões de euros para utilizar nos próximos anos para a inclusão social e emprego e é dinheiro que é fundamental para continuarmos a desenvolver uma resposta de inclusão social”, afirmou.

Para o ministro, a contratualização com as instituições sociais é “fundamental” para o País aproveitar as verbas que são colocadas à sua disposição e conseguir a inclusão efetiva das pessoas, o combate ao desemprego e à pobreza.

“É para nós muito importante nesta altura trabalhar com estas instituições e prepará-las para esse grande desafio. São elas que têm uma capacidade de intervenção social de proximidade, porque o Estado não tem a capilaridade que as instituições sociais conseguem dar”, disse.

AMAS

Conselho de Ministros regula atividade

O Conselho de Ministros aprovou o diploma que estabelece os termos e condições para o exercício da atividade de ama e o regime de contraordenações a aplicar, nomeadamente sobre segurança e qualidade dos serviços. “Pretende-se ampliar a rede de amas e reforçar a sua formação, qualificação e acompanhamento, permitindo simultaneamente a integração das crianças em percursos plenos de desenvolvimento pessoal e garantir aos pais, ou a quem exerce as responsabilidades parentais, uma melhor compatibilização entre a vida familiar e a vida profissional”, diz um comunicado sobre a reunião do Conselho de Ministros.

A Associação dos Profissionais do Regime de Amas (APRA) já considerou, no entanto, que a lei “vai ser uma desgraça” e não passa de “um despedimento coletivo” e do “abandonar um serviço que faz tanta falta”.

O ministro da Solidariedade, Emprego e Segurança Social, Pedro Mota Soares, garantiu que o Instituto da Segurança Social (ISS) vai continuar a assegurar o financiamento das 950 amas afetas ao organismo.

Pedro Mota Soares, que falava na

Comissão Parlamentar da Segurança Social, disse não haver um “enquadramento das amas como uma profissão”, pelo que o objetivo é reconhecer esta atividade e qualificá-la.

“As amas não são funcionárias públicas, nem podem ser funcionárias de outrem. Queremos, pela primeira vez, dar-lhes essa possibilidade de serem enquadradas em instituições”, disse na altura.

A Assembleia da República aprovou, a 03 de outubro do ano passado, uma autorização legislativa para que o Governo definisse os termos e as condições do acesso à profissão de ama e do exercício da respetiva atividade.

Na audição, o ministro explicou que as amas vão ter a possibilidade de ser enquadradas numa “profissão com uma formação específica”, podendo depois ser integradas “num conjunto de novas respostas”, pelo que “passam a existir mais amas”.

Para Romana Sousa, da direção da APRA, a leitura é no entanto diferente. “Somos amas enquadradas em instituições, numa atividade que já funciona desde 1988, mas esqueceram-se e fizeram uma lei virada para as amas privadas”.

RELATÓRIO

Cerca de 8500 crianças e jovens em risco em instituições de acolhimento

Um total de 8.470 crianças e jovens estavam, em 2014, em instituições de acolhimento, segundo um relatório do Instituto de Segurança Social.

O relatório de Caracterização Anual da Situação de Acolhimento de Crianças e Jovens CASA 2014 foi entregue no parlamento, num encontro entre o ministro da Solidariedade, Emprego e Segurança Social e a presidente da Assembleia da República.

Em 2013 estavam em situação de acolhimento 8.445 crianças e jovens. De acordo com documento síntese do relatório, 2.143 crianças e jovens entraram no sistema de acolhimento em 2014 e outras 2.433 que se encontravam no sistema regressaram às suas famílias, autonomizaram-se ou foram adotadas.

Nos jovens com mais de 18 anos que deixam as instituições a grande maioria continua com a medida de proteção/acompanhamento no seu projeto de vida.

Dos 2.433 menores que deixaram de estar no sistema de acolhimento (lares de infância e juventude), um terço permaneceu menos de um ano.

O Instituto de Segurança Social destaca ainda como indicador importante o facto da permanência em acolhimento ter sido reduzida para as crianças entre os 0 e os 3 anos (183 casos, sendo que a maioria tem como projeto de vida a adoção).

Por outro lado, o mesmo documento destaca um aumento de 10 por cento na identificação de jovens com características

particulares designadamente: problemas de comportamento (2.164 casos), deficiência mental ou debilidade mental.

Em 2014, um total de 3.922 menores em acolhimento foram acompanhados em pedopsiquiatria ou psicoterapia.

Há ainda registo de um decréscimo em seis por cento do insucesso escolar na faixa etária dos 10-11 anos e 17 por cento entre os 12 e os 14 anos.

O documento síntese revela ainda que relativamente à situação de perigo que levou ao acolhimento de crianças e jovens a que mais se destaca é a falta de supervisão e de acompanhamento familiar, mantendo a tendência de anos anteriores.

Na entrega do relatório CASA, o ministro da Solidariedade, Emprego e Segurança Social anunciou que a monitorização da situação dos menores em acolhimento em Portugal deve evoluir para um sistema de informação integrado que informe, a todo o tempo, da evolução do seu projeto de vida.

Este sistema integrado deverá interagir, segundo o ministro, com o sistema das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens e da Assessoria Técnica aos Tribunais.

Neste âmbito, adiantou, passará a ser obrigatório o registo das frequências destes menores acolhidos, quer nas respostas sociais do sistema de segurança social, quer nos colégios de ensino especial e comunidades terapêuticas, permitindo assim o registo de informação mais qualitativa.

IPSS podem dar apoio permanente

O presidente da Comissão Nacional de Proteção de Crianças e Jovens em Risco considerou que o apoio permanente das instituições particulares de solidariedade social às comissões pode “contribuir muito” para reforçar o sistema de proteção das crianças.

Armando Leandro

No âmbito do Programa Operacional Inclusão Social e Emprego, está prevista a contratualização com as IPSS de apoio permanente nas CPCJ, estando agendado para junho a abertura para estas candidaturas.

O anúncio do Governo surge após 17 CNPJ terem expressado “total discordância” com a decisão da Segurança Social de retirar técnicos de reforço das

comissões, considerando que a capacidade de resposta fica comprometida.

Para Armando Leandro, “é bem-vinda esta notícia”: “Estas instituições, que fazem um trabalho valiosíssimo no país, podem contribuir muito para reforçar o sistema” de proteção de crianças e jovens em risco.

Segundo o responsável, as IPSS irão não só reforçar o sistema na primeira linha, através da rede social, mas também ajudar o trabalho das comissões a nível da prevenção.

Defendeu a importância das instituições se reunirem e elegerem o seu representante nas comissões, que deve ter o “tempo necessário à funcionalidade da comissão” e cumprir o mandato.

Presidente da República distingue



A Presidência da República distinguiu, no passado dia 29 de Abril, um conjunto de personalidades e de IPSS cujo contributo para “atenuar o sofrimento causado pela crise em que o País tem vivido nos últimos anos foi notável”, como fez questão de frisar Cavaco Silva, que com este ato quis ainda assinalar o Dia Europeu da Solidariedade e Cooperação entre Gerações.

À cabeça dos galardoados, o presidente da CNIS, padre Lino Maia, que o Presidente da República distinguiu com o título de Grande-Oficial da Ordem de Mérito.

Os 13 distinguidos – sete personalidades e seis instituições sociais – foram agraciados com a Ordem de Mérito, que se destina a galardoar atos ou serviços meritórios praticados no exercício de quaisquer funções, públicas ou privadas, que revelem abnegação em favor da coletividade.

Para além do líder da CNIS, foram ainda agraciados, com a Comenda da Ordem do Mérito, Alfredo Castanheira Pinto, provedor da Santa Casa da Misericórdia de Macedo de Cavaleiros, e Luís Villas-Boas, diretor do Refúgio Aboim Ascensão, António Lopes, provedor da Santa Casa da Misericórdia da Golegã, e Manuel Matias, vice-presidente da Associação António Bacelar Carrelhas, e, como Oficiais da Ordem do Mérito, Albino Martins e Cláudia Martins, diretores do Centro Paroquial de Cachopo.

Já com o título de Membro Honorário da Ordem do Mérito,

a Presidência da República distinguiu seis IPSS: Associação da Creche de Braga (representada por Manuel Lomba), Associação Popular de Apoio à Criança (José Casaleiro), Centro de Assistência Social Lucinda Anino dos Santos (José Carreiro), Florinhas do Vouga (Lucinda Tavares Conceição), Lares da Boa Vontade (Alasdair Mackintosh) e Obra Diocesana de Promoção Social (Américo Ribeiro).

Nas palavras que dirigiu aos presentes, o Presidente da República referiu que o ato pretende “reconhecer o trabalho em prol dos mais frágeis” que os agraciados vêm desenvolvendo.

“Outros mereceriam estar aqui, pela dedicação e altruísmo com que têm apoiado os que mais precisam, mas as personalidades e instituições que aqui estão presentes representam a vasta rede de solidariedade social de todos os que deram o melhor de si para atenuar o sofrimento dos muitos que têm sido afetados pela crise”, afirmou Cavaco Silva, sublinhando: “O papel das vossas instituições foi decisivo para combater a carência e apoiar os novos pobres, seja por via do desemprego, do endividamento excessivo ou outras causas que a crise criou”.

Enfatizando a importância da “rede de solidariedade social” que Portugal tem, o Presidente da República lembrou que uma das suas primeiras iniciativas, há nove anos, foi o “apelo para o Compromisso Cívico para a Inclusão Social”, a que se



DECLARAÇÕES

Padre Lino Maia (presidente da CNIS) – “Não considero isto uma distinção pessoal mas às IPSS, que merecem todo o respeito, toda a gratidão e o reconhecimento. Eu apenas estou ao serviço desta causa em que acredito. E estou nela com entusiasmo e com a compensação de ver que todo o povo começa a acreditar que vale a pena dedicarmo-nos aos outros sem esperar nada em troca. Enquanto houver um português com dificuldade, seja pela doença, pela falta de meios, por não ter tido acesso ao que devia, seja pela deficiência, as instituições têm espaço de intervenção e são desafiadas a atuar. O ideal era que não fossem necessárias, mas infelizmente são sempre necessárias”.

Castanheira Pinto (provedor da Santa Casa da Misericórdia de Macedo de Cavaleiros) – “Fui totalmente apanhado de surpresa e nem queria acreditar, porque nunca trabalhei para ser recompensado fosse como fosse. Trabalhei a favor dos pobres e dos desprotegidos sem pensar em ser recompensado. Acabei por sê-lo e fico satisfeito, mas isto aumenta muito as minhas responsabilidades e espero que a Senhora da Misericórdia me dê saúde para continuar a fazer o que tenho feito até agora e ainda mais”.

Luís Villas-Boas (diretor do Refúgio Aboim Ascensão) – “É um ato que muito nos honra e vejo-o sempre como representando um coletivo. Recebi uma honrosa condecoração, sou o detentor dela, mas endosso-a a uma equipa de pessoas que trabalha comigo há muitos anos. Esses é que são os verdadeiros homens e mulheres no terreno e do trabalho que tento fazer no dia-a-dia pelas crianças em risco, vitimadas ou abandonadas”.

Albino Martins (Centro Paroquial de Cachopo) – “Esta distinção reveste-se de uma grande alegria para mim, mas é uma alegria que quero partilhar com todas as instituições do País e com todos os que, numa atitude voluntária, abraçamos esta causa em favor daqueles que estão mais desprotegidos, sejam idosos, crianças ou pessoas portadoras de deficiência”.

Cláudia Martins (Centro Paroquial de Cachopo) – “Ficámos surpreendidos porque nada fazemos de tão extraordinário para esperar uma condecoração desta natureza. O que fazemos é o que competiria fazer a todos os cidadãos,

o trabalho das IPSS



seguir “o Roteiro para a Inclusão Social”, congratulando-se por ter sido “um apelo que foi ouvido”.

Considerando que as personalidades e instituições sociais agraciadas provam que existe “um Portugal solidário”, Cavaco Silva questionou: “O que seria da situação social do País sem a vossa ação e das vossas instituições?”.

Depois o Presidente da República apelou para que “a vigilância não abrande”, deixando um agradecimento “pelo que fizeram pelos mais desfavorecidos”.

Em nome dos condecorados, o padre Lino Maia começou por agradecer “honra” e os elogios dirigidos às IPSS, recordando que, apesar dos “anos difíceis, não houve uma só instituição a encerrar portas ou um só dirigente a desistir”.

Depois, o presidente da CNIS lembrou que a rede social

solidária, que apoia vocacionalmente os mais desfavorecidos, são mais de quatro mil instituições, mais de 20 mil voluntários, cerca de 200 mil empregos e quase meio milhão de utentes, sublinhando: “Somos para todos e de todos sentimos o carinho e o apreço”.

“Apoiámos mais pessoas, servimos melhor e criámos mais emprego, com menos meios, mas com um coração provavelmente maior”, rematou.

A cerimónia contou, entre os convidados, com o ministro da Solidariedade, Emprego e da Segurança Social, Pedro Mota Soares, e com diversos antigos governantes, tal como com diversos elementos da Direção da CNIS.

PEDRO VASCO OLIVEIRA (TEXTO)



mas muitas vezes esquecemo-nos que cabe a cada um de nós contribuir”.

Manuel Lomba (Associação da Creche de Braga) – “Não me espanta, porque a instituição, a celebrar 100 anos, o merece, apesar das dificuldades e dos sacrifícios que teve que ultrapassar. É uma distinção que não surge de qualquer esforço especial da minha parte, mas é o reconhecimento do trabalho desenvolvido por um grupo de pessoas da cidade de Braga e também da Igreja”.

José Casaleiro (Associação Popular de Apoio à Criança) – “Esta é uma distinção para quem veste a bata e o emblema todos os dias. Ficamos contentes, especialmente porque a APAC merece e porque é uma instituição prestigiada e que, em 41 anos de vida, tem ajudado muito a comunidade que serve, sempre com muita diversidade de ação”.

José Carreiro (Centro de Assistência Social Lucinda Anino dos Santos) – “Esta foi uma boa escolha e, penso que, pelo trabalho que vem desenvolvendo desde 1981, a instituição merecia esta distinção”.

Lucinda Tavares Conceição (Florinhas do Vouga) – “É uma grande honra, porque nós trabalhamos muito para o bem comum e em prol das pessoas necessitadas, só lamentamos que o nosso presidente esteja gravemente doente e não pudesse estar presente”.

Alasdair Mackintosh (Lar da Boa Vontade) – “Esta distinção é o reconhecimento da atividade do Lar da Boa Vontade e de todas as pessoas que têm ali trabalhado durante estes 50 anos de vida da instituição”.

Américo Ribeiro (Obra Diocesana de Promoção Social) – “Este é um momento muito alto da instituição e a Obra Diocesana é mais do que merecedora. Não esquecendo os 51 anos de existência, este ato teve o seu maior reflexo na evolução, na dinâmica, na inovação, na criatividade e no espírito de cultura de pertença de todos os trabalhadores destes últimos 11 anos. Dedico este prémio a todos os que trabalham na instituição, porque são merecedores, mas têm que ter a consciência de que este prémio acarreta uma maior responsabilidade”.

António José da Silva
ajsilva@sapo.pt



Fugir ao politicamente correcto

Foto: D.R.



Pela primeira vez no seu pontificado, o papa Francisco foi objecto de fortes críticas por parte das autoridades de um país: a Turquia. Tal como acontecera com Bento XVI, na sequência de uma conferência do actual papa emérito, proferida em 2006 na Universidade de Ratisbona, as críticas ao chefe da Igreja Católica foram protagonizadas pela Turquia, agora por motivos diferentes. Desta vez, foi a referência do actual sumo pontífice a um alegado genocídio cometido pelas forças otomanas sobre a população arménia, durante os anos da primeira guerra mundial.

A referência do papa Francisco, nas circunstâncias em que foi proferida, não equivale a uma tomada de posição oficial da Santa Sé acerca de um problema humano e político, de contornos extremamente graves, mas que já ocorreu há pelo menos cem anos e divide ainda os historiadores. Entre estes, a maioria acha que o comportamento das forças turcas na Arménia constituiu um verdadeiro genocídio, já que esse comportamento terá feito cerca de um milhão e meio de vítimas. Só que esta versão não é partilhada pelas autoridades e pela maioria dos historiadores da Turquia. O papa é pois acusado pelo governo de Ankara de se guiar apenas pela visão histórica dos primeiros, uma visão que acusam de ser incompleta e parcial.

Neste contexto, as afirmações do Sumo Pontífice desagradaram profundamente ao governo turco. É verdade que a sua reacção foi claramente exagerada, mas nenhum país gosta de ver a sua imagem posta em causa pela lembrança de acontecimentos que desonram a sua história, mesmo que sejam verdadeiros, no todo ou em parte. E ainda mais, se as circunstâncias que envolvem esses acontecimentos não são suficientemente claras e seguras para todos os historiadores, e raramente o são. Por algum motivo,

Augusto Comte recusou-se a ver na História uma verdadeira ciência, alegando que esta nunca se conseguirá libertar do subjectivismo dos seus autores. O facto é que na Turquia há uma lei que pune severamente os cidadãos que acusam as forças armadas otomanas de responsabilidade por um qualquer genocídio cometido na Arménia.

Para muita gente, o papa Francisco poderia ter evitado as críticas das autoridades turcas à Igreja Católica. Bastava, para isso, que não tivesse classificado como genocídio o comportamento dos militares de Ankara na Arménia, entre os anos de 1915 e 1918. Mas quem conhece o sumo pontífice sabe bem que ele não faz do politicamente correcto a grande regra do seu pontificado...

Padre José Maia
jose.maia@cic.pt



Sopram ventos de mudança?

Desde a vinda da troika e com o início do ciclo de austeridade e empobrecimento em que o país se tem visto mergulhado para conseguir equilibrar as finanças públicas, Portugal entrou numa grave crise económica e social que está a conduzir milhões de cidadãos para situações de verdadeira negação dos seus mais elementares direitos sociais.

Por mais que tentemos compreender a dolorosa austeridade que nos tem sido imposta, não podemos deixar de denunciar o calvário de empobrecimento coletivo, que atinge pais e filhos, uma sensação de angústia pela falta de empregos, uma onda de compreensível revolta pela forma desumana como demasiada gente, sobretudo crianças e idosos, se vê (des)atendida nos seus mais elementares direitos de cidadania, sobretudo no domínio do acesso a cuidados de saúde e proteção social, enquanto o poder financeiro continua a locupletar-se impunemente à custa de pequenas poupanças dos pobres!

Estamos já envolvidos em campanhas eleitorais. Não deixemos que os candidatos ao Governo e à Presidência da República reduzam o debate político às questões de economia e finanças!

Na revolução de abril falaram-nos de 3D: descolonização, democracia, Desenvolvimento.

Chamemos a debate o projeto de DESENVOLVIMENTO HUMANO E SOCIAL que cada candidato defende nos seus programas eleitorais!



Foto: D.R.

25 de abril

1 - O escritório familiar de advocacia onde comecei a trabalhar, há cerca de 40 anos, tinha como referência um vulto da advocacia do Porto na segunda metade do século XX: fora candidato pela Oposição Democrática às eleições legislativas de 1957; integrara o pequeno grupo inicial dos sete democratas independentes do Porto que, na sequência da sugestão de António Sérgio, teve a iniciativa de convidar Humberto Delgado para ser candidato a Presidente da República, em 1958, contra o regime de Salazar; e foi ainda candidato a deputado, pela CEUD, nas eleições para a Assembleia Nacional, em 1969, no início da "primavera" marcelista.

(E era um grande advogado ...)

Tendo, antes do 25 de Abril, passado pelas comissões pró-associação dos liceus do Porto, em 1968/1969, tendo militado, em Coimbra, mais tarde, e também no Porto, nos intervalos ou nas faltas às aulas, nas lutas estudantis de oposição ao regime; e tendo, poucos meses antes do 25 de Abril, casado com uma familiar do Dr. Manuel Coelho dos Santos, foi naturalmente com gosto que fui parar ao seu escritório quando comecei a trabalhar como advogado.

Ao longo destas quase quatro décadas, habituei-me a ver passar pelo escritório muitas dessas figuras que associamos à luta contra o "Estado Novo": de Emídio Guerreiro a Vitorino Magalhães Godinho, de José Augusto Seabra a Mário Cal Brandão, de Salgado Zenha a Artur Andrade, de Artur Santos Silva (Pai) a Olívio França, de Alfredo Ribeiro dos Santos a Mena Matos, de Almeida Santos a Xencora Camotim.

Tive alguma experiência das manifestações do 1º de Maio e do 31 de Janeiro, no Porto, e do boicote à Queima das Fitas e ao Festival de Coros, que eram conotados com a Situação, nos anos imediatamente anteriores ao 25 de Abril.

Mas as memórias mais antigas da celebração do 31 de Janeiro e do 5 de Outubro, nesta cidade do Porto, durante os anos escuros do salazarismo, ouvi-as ao ritmo do desfilar das lembranças desses velhos oposicionistas, nas

conversas com que entretínhamos o fim de tarde, no escritório.

E a vontade que aí exprimiam, sempre replicada nas romagens ao cemitério por ocasião do 31 de Janeiro, já após a Revolução de Abril, era a de transmitir às jovens gerações essa luz que os iluminava por dentro, a luz da liberdade.

Já então essas comemorações rituais eram mais o lugar de figuras graves e grisalhas do que de gente nova.

2 – Essa vontade de transmitir aos novos o fogo sagrado, sejamos francos, nunca teve grande sucesso.

A mim, como creio que a todos os jovens que então tinham a minha idade, sempre me pareceram coisa distante e alheia, essas datas que marcaram, do ponto

de vista simbólico, os tradicionais festejos republicanos do Porto: o 5 de Outubro celebrava a implantação da República, que foi em 1910 – há mais de 100 anos; e o 31 de Janeiro é ainda mais antigo: 1891, em reacção contra o Ultimato inglês, de 1890.

Aos olhos de um jovem, como eu era em meados da década de 70 do século passado, o que haviam de parecer essas datas, todavia decerto veneráveis, da nossa história recente, senão uma arqueologia?

Mesmo as figuras da velha Oposição republicana do Porto, que acima referi, não eram contemporâneas delas, mas muito posteriores.

Tinham, no entanto, recebido o legado cívico da exaltação

republicana de outros e anteriores honrados cidadãos do Porto, de "bons cidadãos do lugar", como Mem Verdial, Eduardo Santos Silva, Veloso de Pinho, José Régio ...

E tinham a luta contra a ditadura a motivá-los.

3 - O Dr. Manuel Coelho dos Santos faleceu há cerca de 3 anos. E passei a ser eu o advogado mais velho do escritório.

Este ano, no dia 25 de Abril, lá fui, de cravo ao peito, desde o Largo Soares dos Reis, onde era a sede da PIDE – e onde, mesmo antes do 25 de Abril, se homenageavam os vencidos do 31 de Janeiro, cujo memorial se encontra no Cemitério do Prado do Repouso, vizinho da ex-PIDE -, até à Avenida dos

não tem senão uma vaga ideia do que era o País antes de Abril.

Não sabe, desse saber de experiência feita, o que era querer votar e não poder fazê-lo; falar livremente sem ter que olhar para o lado, a ver quem estava a ouvir; reunir com amigos e poder ser preso ...

Não sente, à própria flor da pele, a diferença entre dois mundos ...

É por essa razão que grande parte dos jovens eleitores não vai sequer votar.

Tudo é dado como garantido: a liberdade, a segurança, os direitos, não é preciso lutar por eles.

Que sentido faz alertar para os perigos que sempre nos espreitam essas certezas, se quem queremos alertar não os sente como ameaças?

Por mim falo: que tento sem sucesso converter às virtudes do sistema que nos rege, por contraponto àquele em que vivi 20 anos, a gente nova que conheço.

Tudo se repete, tudo é sempre igual.

Menos nós, a quem a Primavera não reverdece.

E que nos reunimos, como as folhas no Outono, a celebrar Abril – numa espécie de antecipação.

Como escreveu Fernando Echevarría:

"Os mortos aconchegam-se, no outono, aonde, sendo mais secas, as folhas juntam o pródigo tesouro da tristeza."



Henrique Rodrigues
Presidente
do Centro Social de Ermesinde



Aliados, na Baixa da cidade.

E dei comigo a pensar que se passa hoje o que se passava há 30 anos: quem seguia na manifestação eram velhos como eu; e jovens, só as escassas dúzias arregimentadas por fidelidades partidárias.

Quem tenha menos de 55 anos,

Formação à medida para melhor integrar

Fornecer competências, de todo o tipo, a pessoas portadoras de deficiência, mas detentoras de capacidades que fazem delas candidatas ao mercado de trabalho é o foco da A2000 – Associação de Apoio ao Desenvolvimento e que, atualmente, já preenche 99% da atividade da instituição sediada em Santa Marta de Penaguião.

É que quando em Setembro de 2000 um grupo de pessoas, que trabalhava noutras entidades e instituições, mas “não concor dava com a inércia criada em torno dessas mesmas entidades”, decidiu dar o salto e criar uma associação que agisse e reagisse à realidade, o grande objetivo – “formação profissional e emprego para pessoas com deficiência” – não pôde logo começar a ser perseguido.

“Juntámo-nos, reunimos e decidimos pôr em prática as nossas ideias, constituir uma entidade onde pudéssemos agilizar tudo o que gostávamos de agilizar no âmbito das pessoas com deficiência, da formação e do emprego”, começa por contar António Ribeiro, presidente da A2000, recordando: “Constituímos a associação em 2000 e menos de um ano depois arrancou a atividade de formação, mas, inicialmente, apenas de cursos EFA, educação e formação de adultos, e de formação na área profissional”.

Só em 2003 a associação conseguiu a certificação para dar formação a pessoas com deficiência, mas, como refere o presidente da instituição, “este foi o início desta linha de certificação das competências das pessoas ao longo da vida”.

Mais jovens agora do que nos inícios de atividade da associação, especialmente devido à falta de resposta por parte das escolas, que muitas vezes os enviam para a instituição, os formandos são “pessoas com deficiência, com capacidade de aprendizagem e de inserção no mercado de trabalho”, explica, concretizando: “São pessoas que

em situação normal têm muita dificuldade em arranjar trabalho, mas que quando têm o arranque protegido, a formação é feita à medida e há uma experiência em contexto de trabalho que também é protegida, concluído o processo, muitas vezes, têm um contrato de trabalho. Mesmo assim, e durante algum tempo, ainda fazemos um acompanhamento pós-colocação, que é apoiado pelo Centro de Emprego”.

Na verdade, a taxa de colocação é bastante positiva e, em média nos últimos três anos, ronda os 75%. A isto não é alheia... a crise! De facto, para António Ribeiro, “a crise foi uma janela de oportunidade para estas pessoas, porque há mecanismos facilitadores à sua contratação”.

“Aliás, sentimos mais facilidade em integrar pessoas com deficiência no mercado de trabalho do que pessoas sem deficiência, pois quando tínhamos os cursos EFA tínhamos mais dificuldade colocá-los”, atalha Marina Teixeira, diretora-técnica da A2000.

Para o presidente da instituição, a oportunidade da crise surgiu porque há uma “necessidade da empresa, porque despediu pessoas, mas precisa de alguém que faça, e há a necessidade das pessoas, que precisam de um local que as acolha e onde lhes deem oportunidade de mostrar que sabem fazer”.

A isto junta-se o facto de o IEFPP “apoiar fortemente” as entidades contratantes nestas situações e o êxito tem sido possível, lembrando que a área de abrangência da instituição é regional.

“O âmbito regional advém de intervir em três distritos, Porto, em Baião, Viseu, em Resende e Tabuaço, e Vila Real, em Santa Marta de Penaguião e concelhos limítrofes, Montalegre e Chaves. Nestes cinco concelhos identificados temos turmas de formação a funcionar”, revela António Ribeiro, recordando a falta de respostas na região:



“Nestes concelhos era o deserto em termos de formação para estas pessoas. Os miúdos de Chaves se queriam formação profissional iam para o Porto. E nós vamos buscar muitas destas pessoas a casa. Tudo começou aqui em Santa Marta e agora estamos a replicar o que aqui fizemos noutros sítios, em parceria com entidades locais”.

Essencial para o sucesso de todos e de cada um destes formandos está, no entender dos responsáveis pela associação, na forma como a formação é encarada. A formação é ministrada em cursos de dois anos, em que no primeiro ano a formação é em sala e no segundo a formação é em contexto de trabalho, ou seja, em estágio.

“Para a maior parte dos formandos isto é suficiente, mas para alguns não é, pois necessitavam de mais tempo para desenvolver competências”, afirma Marina Teixeira, pelo que a instituição optou por fazer “uma coisa que nem todas as entidades de formação fazem, que é o Plano Individual”.

Segundo a técnica, “a maior parte das entidades fazem formação e limitam-se à formação, mas há uma outra área, que dá

muito trabalho e para a que nem sempre há técnicos, que é fundamental, que é o aspeto pessoal”.

“Para estarem a 100% na formação têm que ter uma série de outras coisas estabilizadas, como a família, a namorada, a saúde, etc. Por isso, tentamos inserir no Plano Individual objetivos pessoais. Muitas vezes o sucesso vem disso. Se conseguirmos que o resto se harmonize, a formação corre muito bem e a integração é mais fácil porque eles também estão mais capazes e libertos”, argumenta a técnica.

“Não intervimos apenas na formação, depois há uma série de atividades transversais que contribuem para que haja motivação na formação e para que se atinjam os objetivos. O propósito é apoiar no início, alavancar a motivação destas pessoas e a sua capacidade de estar no mercado de trabalho, no café, seja onde for de uma forma normal”, sustenta António Ribeiro, acrescentando: “Quanto mais não seja, os cursos ajudam-nos nos aspetos pessoais. Pelo menos em termos de desenvolvimento e autonomia pessoal estas pessoas, com a formação que lhes damos,



já conseguem uma série de competências, até no que diz respeito às atividades da vida diária”.

Para além do enfoque na formação para pessoas com deficiência, a instituição de Santa Marta de Penaguião promove ainda formações modulares certificadas para ativos, independentemente se as pessoas têm algum problema de deficiência, inclusive formação para colaboradores das IPSS da região.

“Somos adeptos da formação ao longo da vida, pois para sermos profissionais e eficientes a formação é fundamental, por isso também todos os nossos colaboradores fazem muita formação”, sublinha António Ribeiro, que vê com bons olhos o futuro nesta área da formação: “Desde 2000 que vimos crescendo, começámos com 28 formandos e, especialmente nos últimos dois anos, já em crise, disparámos de 50 para os números atuais de 143 formandos. Até 30 de Junho isto é financiado pelo POPH, a entidade intermédia é o IEFP, e isto vai continuar ao abrigo do PO ISE, do Portugal 2020, mas ainda não se sabe muito sobre se haverá e quais serão as alterações”.

Com os fundos europeus como principal financiador, por via do POPH nos programas de formação, ainda assim a associação tem conseguido diversificar as suas fontes de receita.

Assim, da Segurança Social recebe por via do Acordo de Cooperação para a resposta de Intervenção Precoce na Infância, em Santa Marta de Penaguião, Mesão Frio, Régua e Mondim de Basto, algo, no entanto, “minúsculo que nem paga os quatro técnicos, pois o Acordo é para 30 mas são 55 crianças acompanhadas”.

Depois há ainda a pequena contribuição dos associados – “temos muitos sócios, mas apenas metade paga quota e, acima de tudo, gostávamos que participassem mais” – e ainda alguns acordos locais com as juntas de freguesia e com a Câmara Municipal, em especial em torno do projeto Espaço de

Convívio.

Elemento muito importante na economia da instituição é a angariação de fundos, que envolve todos os colaboradores. Assim, cada colaborador tem por incumbência angariar 600 euros/ano. Depois, há um «fund-riser», que é uma das formadoras, que trata da angariação institucional. É nesse sentido que surge o Doador do Mês, normalmente uma empresa da região que a troco de algum dinheiro ganha um espaço publicitário no site da A2000.

Por tudo isto, e devido a uma “gestão financeira profissional”, o presidente da instituição considera “a situação financeira como saudável”, lembrando que houve momentos difíceis, mas já ultrapassados: “Em toda a nossa história só tivemos dois anos com resultado líquido negativo, que foi quando tivemos que fazer um ajustamento interno. Do antes para o depois da Troika houve aqui um momento de cortes e os ajustamentos não se fazem de um momento para o outro, leva algum tempo. Mas já estamos bem novamente”.

O momento leva mesmo os responsáveis pela associação a revelar alguns dos projetos que gostariam de implementar o quanto antes.

“Comprámos dois lotes de terreno para projetarmos umas instalações porque precisamos de mais espaço para fazermos outras coisas. Já temos um projeto para ter uma resposta de CAO e Lar Residencial, o que no sul do distrito não existe. A deficiência é uma prioridade no distrito, mas continua a ter poucos equipamentos, sendo que o mais próximo é em Vila Real. Para este tipo de pessoas a proximidade dos equipamentos é muito importante e não se pode pensar na economia de escala, porque não funciona”, alerta António Ribeiro, deixando um repto: “Se tivermos garantia de que temos Acordo de Cooperação para CAO avançamos já. O problema é que não vamos gastar umas centenas de milhar de euros, que não temos e que temos que ir buscar à banca, para

fazer uma coisa que a Segurança Social nunca garante que haja. Agora vamos ver se dá para integrar o Programa de Inovação Social, do Portugal 2020”.

A vertente de ação social da A2000 não se esgota nisto, pois a associação vem desenvolvendo nas freguesias de Santa Marta de Penaguião uma atividade que designou de Espaços de Convívio, e que fomenta o envelhecimento ativo junto de idosos, autônomos, que vivem isolados e que não têm nenhuma resposta social a apoiá-los.

Uma tarde por semana, os idosos reúnem-se na sede da Junta de Freguesia e, sob orientação de dois técnicos da A2000, desenvolvem diversas atividades, desde exercício físico adaptado, culinária, informática ou, tal como o nome da resposta indica, simples convívio.

“Não é apoiada pela Segurança Social, mas é uma forma de rentabilização de recursos, da nossa parte e da das freguesias. Isto é uma atividade que foi posta em prática com quase nada, que funciona muito bem e que tem dado bons resultados. Ao fim de três anos temos a Câmara envolvida nisto a financiar uma parte do projeto”, revela António Ribeiro, acrescentando: “São os idosos que

decidem o que querem fazer e gostam muito de TIC (Tecnologias da Informação e da Comunicação). E o que vemos, e era impen-sável, é aquelas pessoas a criar perfis no Facebook e a utilizar os computadores para comunicar com as famílias, pois estamos numa zona de emigração”.

Às sugestões dos idosos, a instituição aproveita para juntar alguns workshops a fim de promover sessões de esclarecimento sobre assuntos de interesse para aquela população específica, como questões de segurança ou de saúde.

“Foi uma inovação no concelho, uma experiência engraçada que começou apenas em uma freguesia e agora as freguesias já dizem que o ideal era ser duas a três tardes, porque os idosos querem mais tempo”, afirma, satisfeito António Ribeiro.

Na senda da inovação e melhoria contínua que pretende, a A2000 abriu também uma Clínica Social, para prestar serviços especializados a pessoas em situação de vulnerabilidade, como os de psicologia, massagem, fisioterapia, terapia da fala e terapia ocupacional.

PEDRO VASCO OLIVEIRA (TEXTO E FOTOS)





Melhore a qualidade dos seus serviços, reduza e controle os seus custos recorrendo ao nosso vasto leque de soluções.

RESTAURAÇÃO SOCIAL E PÚBLICA . EMISSÃO DE TICKETS DE SERVIÇO . SEGURANÇA . LIMPEZAS . MANUTENÇÃO
VENDING . FORNECIMENTO DE BENS ALIMENTARES E NÃO ALIMENTARES . GESTÃO INTEGRADA DE SERVIÇOS



AV. INFANTE SANTO, 21 A - 1350-177 LISBOA
TELEF.: 21 042 00 05 / 21 042 08 08
FAX: 21 042 00 88 / 21 424 94 88
E-MAIL: TRIVALOR@TRIVALOR.PT



13,5 POR CENTO EM MARÇO

Taxa de desemprego registou descida

A taxa de desemprego foi de 13,5% em março, menos 0,1 pontos percentuais do que em fevereiro e menos 1,2 pontos percentuais face ao período homólogo, segundo estimativas provisórias do Instituto Nacional de Estatística (INE).

Ainda de acordo com os dados divulgados pelo INE, a população empregada aumentou para os adultos, de entre 25 a 74 anos (0,3%; 12,4 mil), para os homens (0,2%; 3,5 mil) e para as mulheres (0,1%; 2,8 mil). Já para os jovens (15 a 24 anos) verificou-se uma queda (-2,4%, ou seja, menos seis mil pessoas).

O ministro da Solidariedade, Emprego e Segurança Social, Pedro Mota Soares, congratulou-se com a descida da taxa de desemprego para 13,5%, destacando a queda de 2,2% no desemprego jovem face ao ano passado. “É uma boa notícia para cerca de 70 mil portugueses que saíram de uma situação de desemprego ao

longo do último ano, é uma boa notícia porque o desemprego desce para todos, mas desce especialmente para as mulheres e para os jovens, há menos 2,2% de desemprego jovem face ao ano passado”, afirmou Mota Soares, em declarações aos jornalistas à saída de uma cerimónia de condecoração de instituições de solidariedade social, que decorreu no Palácio de Belém.

Num comentário a estes números, o ministro da Solidariedade, Emprego e Segurança Social disse ainda que a descida da taxa de desemprego é “uma prova do esforço e da resiliência” de empregadores e trabalhadores, bem como uma prova de que a economia portuguesa é capaz de crescer e gerar emprego.

Mota Soares destacou também a aprovação pelo Parlamento Europeu de um reforço do pré-financiamento para o programa “Garantia Jovem”, sublinhando que



Portugal irá receber mais 48 milhões de euros que serão utilizados para financiar “políticas ativas de emprego”.

Questionado sobre o facto de a taxa de desemprego estar ainda muito elevada, apesar da descida de 0,1 pontos percentuais face a fevereiro, Mota Soares lembrou que em 2013 a taxa esteve quase nos 18%.

“Se olharmos para a tendência do desemprego desde o início de 2013 até ao mês atual há consolidadamente uma

descida, é uma descida lenta, mas é uma descida consolidada”, frisou.

No documento hoje divulgado, o INE revê ainda em baixa a taxa de desemprego de fevereiro, que passou de 14,1%, conforme foi divulgado no mês passado, para 13,6%, segundo os dados de hoje.

Em março, a estimativa provisória da população desempregada foi de 692,6 mil pessoas, menos 6,8 mil (ou diminuição de 1%) face ao mês anterior, segundo a estimativa do INE.



SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

JUNTO DAS:

INSTITUIÇÕES PARTICULARES
SOLIDARIEDADE SOCIAL

SANTAS CASAS DA MISERICÓRDIA

ASSOCIAÇÕES MUTUALISTAS

CONSULTE-NOS EM

WWW.TSR.PT

[+351] 939 729 729

TSR@TSR.PT

ASSISTÊNCIA REMOTA
NOVO CONCEITO VIA
INTERNETASSISTÊNCIA TELEFÓNICA
GRATUITAINSTALAÇÃO E FORMAÇÃO
NAS VOSSAS INSTALAÇÕES

SOLIDÁRIOS CONSIGO, HÁ 20 ANOS

OBRIGADO



TSR - CONTABILIDADE ESNL

TSR - UTENTES IPSS

TSR - UTENTES CT (AT)

TSR - IMOBILIZADO ESNL

TSR - PRESCRIÇÃO ELETRÓNICA (ACSS)

TSR - ORDENADOS

TSR - UNIDADES DE SAÚDE

NOVO TSR - PROCESSOS CLÍNICOS

TSR - STOCKS

TSR - SISTEMA INTEGRADO DE TESOUREARIA
(UTENTES, BANCOS, ASSOCIADOS, RENDAS, CAIXAS E
PAGAMENTOS A FORNECEDORES)TSR - QUALIDADE
TERCEIRA IDADE, INFÂNCIA E JUVENTUDE

TSR - VIATURAS

TSR - ASSOCIADOS/IRMÃOS IPSS

TSR - PROCESSOS CLÍNICOS RESIDENTES

100% CLIENTES SATISFEITOS

DEMONSTRAÇÕES
GRATUITAS
SEM COMPROMISSO

GRÁTIS

RUA DOS CUTILEIROS, 2684 1º - SALA 11
APARTADO 1071 EC LAMEIRAS
4836-908 GUIMARÃESTLE.: [+351] 253 408 326 (3L/BA)
FAX: [+351] 253 408 328

CÁRITAS DE BEJA

Faltam alimentos para cabazes mensais das famílias carenciadas

A Cáritas de Beja tem falta de alimentos para os cabazes mensais destinados a famílias carenciadas, porque esgotou a maioria dos últimos doados, estando a recorrer ao Fundo de Emergência Social da diocese para comprar géneros “essenciais”.

“Desde finais de janeiro que a maioria dos géneros alimentares”, excedentes da União Europeia e provenientes do Banco Alimentar Contra a Fome de Beja, doados à instituição para compor os cabazes, está “esgotada”, disse o presidente da Cáritas de Beja, Florival Silva.

O responsável justificou a situação com o facto de os alimentos doados serem “poucos e aquém das necessidades” e os pedidos de ajuda serem “muitos” e terem “aumentado” devido à crise.

Por isso, explicou, a Cáritas está a recorrer ao Fundo de Emergência Social da Diocese de Beja para comprar alimentos “essenciais” e que faltam para compor cabazes para famílias “em situações de urgência e que têm de ser obrigatoriamente atendíveis”.

“O primeiro passo é fazer triagem de urgências das urgências para atender os casos que não podem deixar de ser atendidos e não podem aguardar” e, para tal, a instituição está a recorrer ao Fundo de Emergência Social para comprar alimentos

“essenciais” que faltam para compor cabazes, frisou.

Segundo o responsável, a falta de alimentos deverá ficar resolvida com a próxima distribuição de géneros alimentares do Banco Alimentar Contra a Fome de Beja, prevista para este mês de maio.

“Não é com muita frequência” que a Cáritas de Beja recorre ao Fundo de Emergência Social da diocese para comprar alimentos para os cabazes e só o faz “em casos pontuais e perante situações obrigatoriamente atendíveis”, frisou.

Atualmente, a Cáritas de Beja, através do serviço de apoio social, fornece cabazes mensais com géneros alimentares a 66 famílias carenciadas do concelho, sobretudo numerosas e monoparentais ou em situações de desemprego ou baixos rendimentos.

Trata-se de um trabalho inserido na ação social da Diocese de Beja para “combater a fome” no concelho e “aliviar as carências alimentares” de famílias com dificuldades, disse Florival Silva.

Além de distribuir alimentos, a Cáritas de Beja, através do fornecimento de pequeno-almoço, almoço, lanche e jantar, alimenta diariamente 39 pessoas no seu refeitório e 54 famílias na sua cantina social, onde, em 2014, foram servidas,



respetivamente, 20.324 e 38.514 refeições.

Entre os utentes do refeitório e da cantina social contam-se desempregados, famílias carenciadas, beneficiários de Rendimento Social de Inserção, pessoas em situação de marginalização (sem-abrigo, ex-reclusos, toxicodependentes ou alcoólicos em recuperação), imigrantes e

população flutuante do concelho.

A diocese criou o Fundo de Emergência Social em 2012 para a Cáritas de Beja ajudar famílias com dificuldades a pagarem despesas básicas em atraso, como prestações ou rendas de casa, contas de eletricidade ou mensalidades do infantário dos filhos.

EMPREGABILIDADE DIGITAL

Coligação portuguesa quer aumentar oferta de profissionais das TIC

Dezoito entidades públicas e privadas assinaram um memorando que cria a Coligação Portuguesa para a Empregabilidade Digital, que vai elaborar uma proposta de estratégia para aumentar a oferta de profissionais nas tecnologias de informação e comunicação.

A estrutura é coordenada pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), que dela faz parte, e inclui, entre outras entidades, a Direção-Geral de Educação, a Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional, o Instituto de Emprego e Formação Profissional, a Fundação Calouste Gulbenkian, a PT Portugal, a Associação para a Promoção e Desenvolvimento da Sociedade de Informação, a Confederação do Comércio e Serviços de Portugal e a Agência para o Investimento e Comércio

Externo de Portugal.

Caberá a esta plataforma público-privada elaborar uma proposta de Estratégia Nacional e Plano de Ação para a Empregabilidade Digital 2015-2020 e enviá-la, para aprovação, aos titulares das pastas da Economia, Educação, Ciência e do Emprego.

Quer a estratégia nacional, quer o plano de ação visam, segundo uma nota da FCT, criar melhores condições de acesso dos trabalhadores à aquisição de competências em tecnologias de informação e comunicação, aumentar as empresas de base digital, promover a internacionalização do setor e a captação de investimento estrangeiro.

A Coligação Portuguesa para a Empregabilidade Digital relaciona-se com a

Grande Coligação para o Emprego Digital, lançada há dois anos pela Comissão Europeia, e que tem como missão facilitar a colaboração entre os setores público e privado, organizações não-governamentais e a comunidade académica, para que adotem medidas que valorizem a empregabilidade nas tecnologias de informação e comunicação.

De acordo com a mesma nota da FCT, estima-se que, em 2020, exista na Europa um défice de 900 mil profissionais em tecnologias de informação e comunicação.

Em Portugal, “o fosso entre a oferta e a procura é ainda mais marcante, em resultado do elevado nível de desemprego, em particular jovem, e do pouco recurso às tecnologias de informação e comunicação por uma parte significativa” das empresas,

adianta a Fundação para a Ciência e Tecnologia.

O memorando de colaboração que formaliza a criação da Coligação Portuguesa para a Empregabilidade Digital é assinado na Fundação Calouste Gulbenkian, em Lisboa.

Fazem também parte da estrutura a Direção-Geral do Ensino Superior, o IAPMEI - Agência para a Competitividade e Inovação, a Ordem dos Engenheiros, a Academia de Código, a Associação Portuguesa para o Desenvolvimento das Comunicações, a CIONET Portugal, a EPIS - Associação Empresários pela Inclusão Social, o Polo das Tecnologias de Informação, Comunicação e Eletrónica - tice.pt e a representação portuguesa do Centro Europeu Mulheres e Tecnologia.



José Figueiredo
Economista

Sobre a Desigualdade - I

Porque não nos revoltamos contra os níveis crescentes de desigualdade? Porque aceitamos sociedades democráticas distribuir rendimento e riqueza de forma tão desequilibrada?

Estando a esmagadora maioria da população e dos votantes do lado perdedor, porque não assistimos a movimentos de massas reivindicando alteração do status quo ou, pelo menos, a votações maciças em partidos que coloquem o tema da desigualdade na agenda?

Podem dizer-me que não é exactamente verdade que tenhamos assistido de forma passiva ao crescimento da desigualdade.

Não tivemos os movimentos "Occupy Wall Street"? Ou os Indignados em Espanha? Não ganhou o Syriza, um partido radical de esquerda, as eleições na Grécia? Não estão por todo o lado a crescer movimentos populistas de contestação?

É possível! Contudo, talvez com excepção o dos movimentos "Occupy", trata-se, genericamente, mais de representações políticas de questões nacionais (situações de crise económica profunda) do que movimentos cuja agenda política se baseie **directamente** na luta contra desigualdade. Notar que, embora a desigualdade estivesse a crescer de forma alarmante um pouco por todo o lado antes da crise, em tempos de crescimento económico não vimos esses movimentos na rua.

Confesso-vos que não tenho uma explicação clara para esta complacência. Posso apenas partilhar convosco algumas explicações tentativas.

1. A distribuição pode ser mais desigual, contudo, até os menos afortunados estão um pouco melhor em termos absolutos.

O trabalhador de uma empresa cotada, em que o CEO ganha num mês o que ele pode aspirar a ganhar em toda a vida, pode achar que o pay-check do CEO é injusto. Contudo, se também os seus rendimentos estão a crescer, porquê revoltar-se?

É verdade que se olharmos para o rendimento de uma família mediana nos Estados Unidos (mais uma vez o lugar onde posso encontrar dados longos e fiáveis), verificamos que ele mais que duplicou entre 1950 e meados dos anos 80.



Contudo, também verificamos que, de meados dos anos 80 até agora (30 anos), o rendimento da família mediana americana pouco aumentou. Ora foi exactamente durante esse período, em que o rendimento das famílias medianas estagnou, que a desigualdade subiu de forma galopante.

Não creio por isso que o velho aforismo: "quando a maré sobe levanta todos os barcos", explique tudo ou sequer parte significativa do enigma.

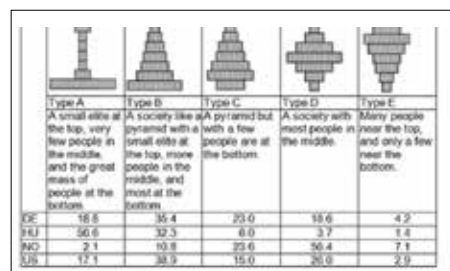
2. Uma coisa é a desigualdade real e outra é a percebida

Existe um paradoxo americano. A verdade é que a sociedade americana é mais desigual que as sociedades europeias. Contudo, o apoio popular às políticas de redistribuição é menor na América que na Europa.

Aparentemente é um absurdo e não é fácil de explicar.

Um artigo da VOX remete-nos para algo, afinal muito simples, mas que esquecemos com alguma facilidade: por vezes, mais do que a situação real conta a percepção que temos dela.

O boneco seguinte mostra como a percepção da desigualdade é diferente na América e na Europa.



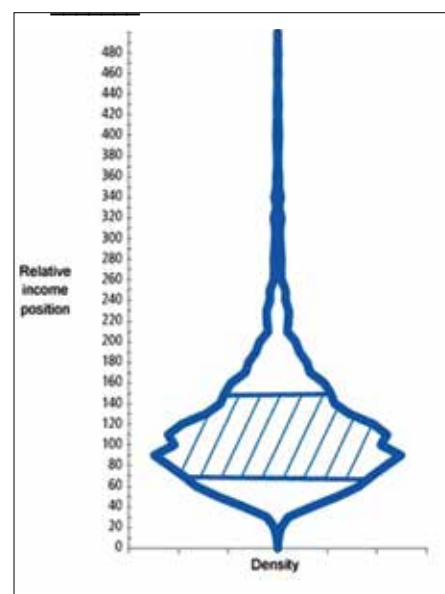
O que resulta é que os americanos, embora vivam numa sociedade extremamente desequilibrada, vêem-se a eles mesmos como uma sociedade de classe média.

Como se pode ver no quadro acima 54% dos alemães estão convencidos que vivem

numa sociedade de tipo A ou B, onde a esmagadora maioria da população está nos escalões inferiores e com pouca gente no "meio".

Poucos alemães (18,6%) estão convencidos que o seu país se aproxima do tipo 3, ou seja, uma sociedade onde a maioria está no meio e pouca gente nos escalões inferior e superior.

Mas a sociedade alemã é mesmo tipo 3.



Ou seja, enquanto na Europa, sociedades tipicamente classe média se vêm a si próprias como desiguais e, como tal, necessitando de redistribuição de rendimento via políticas públicas, nos Estados Unidos, onde a desigualdade é muito maior, há uma forte oposição a políticas redistributivas porque são percebidas como não necessárias e potencialmente mais causadoras de dano que de bem.

3. Os Media são dominados pelo poder do dinheiro. A narrativa que vende é a da complacência em relação à desigualdade.

Vivemos num mundo em que o espaço mediático está nas mãos do poder do dinheiro. As narrativas que passam são esmagadoramente favoráveis à manutenção do status quo o qual, obviamente, não é apresentado como injusto. Não só as teses contrárias têm dificuldade em passar como, pior do que isso, nem sequer o debate é aberto.

Claro que há excepções, claro que aqui ou ali o debate aflora. Mas o desequilíbrio de forças e de oportunidades entre os que

defendem o actual estado de coisas (ou tentam provar que não é um problema ou que, ainda que o seja, é insolúvel) e os que o contestam é enorme.

Tenho para mim que não teria sido possível alterar a distribuição do rendimento e da riqueza nos últimos 30 anos, na dimensão em que esse processo ocorreu e com relativa paz social (e política) sem um forte adormecimento das opiniões públicas pela via da ideologia e pela via da comunicação. E creio que, nesse processo, os Media tiveram um papel relevante.

4. A esquerda democrática entregou os pontos

Desde a "terceira via" que a esquerda democrática deixou de ser verdadeira alternativa.

O combate político a uma sociedade injusta e desequilibrada foi substituído pelo combate à pobreza através de meios públicos. O labour de Tony Blair (ou o primeiro governo de José Sócrates em Portugal) teve sucessos razoáveis no combate à pobreza.

Mas enquanto combatiam a pobreza fechavam os olhos à sociedade extremamente injusta que estava a ser criada pela dinâmica económica. Na prática, desde que os impostos fossem pagos, era como se a acumulação de riqueza por uma pequena camada da sociedade fosse um tema politicamente irrelevante. Se a economia cresce, se os ricos pagam os impostos, para quê perturbar os mercados?

Lembrar que, na Alemanha, o processo de ajustamento da primeira década deste século, que, entre outras coisas, fez com que os salários reais nesse país praticamente não tenham crescido nos últimos 15 anos, foi desencadeado pelo SPD. Não foi a direita!

Obviamente não está em causa o mérito do combate à pobreza com políticas públicas. O que quero frisar é que o problema da desigualdade é de natureza diferente e requer opções políticas de fundo que vão muito para lá do uso de meios públicos para ajudar os mais pobres. Por mais mérito que isso tenha.

Curiosamente este desaparecimento em combate da esquerda democrática é, em boa parte, culpa dos economistas.

Um dia destes explico porque penso assim.

40 anos a servir as instituições de solidariedade social.

Somos especialistas na compra, venda e distribuição de uma gama completa de produtos alimentares e não alimentares, que lhe permite abastecer-se integralmente com um único fornecedor.

Adicionalmente, e caso necessite, ajudamo-lo a gerir as suas ementas:

- **Ementas validadas por nutricionistas;**
- **Capitações adequadas;**
- **Soluções económicas;**
- **Sugestão de encomenda com base na ementa;**
- **Estime e controle os seus custos.**

Acabe com a dificuldade em criar ementas variadas e equilibradas, simplifique o processo de encomenda, de recepção de mercadorias, e de gestão de facturas e pagamentos. A nossa frota, com dezenas de viaturas, assegura a distribuição a milhares de clientes em todo o território Nacional.

A nossa missão é ajudá-lo na sua missão de chegar a quem precisa.



TEMOS A
SOLUÇÃO PARA SI
CONTACTE-NOS

NORTE: 220 406 990 / 911 047 280
SUL: 210 420 000 / 916 185 205
www.sogenave.pt





O mundo nas mãos...

Ficha Técnica

Propriedade: CNIS (Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade) - Rua da Reboleira, 47 - 4050-492 Porto - NIF: 501 146 253 - **Telefone:** 22 606 86 14 **Fax:** 22 600 17 74 -

e-mail: jornal.solidariedade@gmail.com **Director:** Padre Lino Maia

Editor: V.M. Pinto **Redacção:** Milene Câmara, Pedro Vasco Oliveira, Rodrigo Ferreira - **Colaboradores:** Fernando Martins, Henrique Rodrigues, José Silva e Padre José Maia

Paginação: Carmo Oliveira - **Impressão:** Unipress - R. Anselmo Braancamp, 220 - Granja 4410-359 Arcozelo - Gaia

Tiragem: 5.000 exemplares **Depósito Legal** n.º 11753/86, ICS-111333

Mais de 2 milhões para programa de investimento social

A Fundação EDP anunciou o reforço para 2,1 milhões de euros do orçamento do programa de investimento social EDP Solidária, que na última década ajudou a melhorar as condições de vida de mais de 650 mil pessoas.

O EDP Solidária, "o maior programa de investimento social de uma fundação corporativa em Portugal", visa contribuir para "a melhoria das condições de vida de pessoas socialmente desfavorecidas, apoiar a integração de comunidades em risco de exclusão social e promover o empreendedorismo social".

Dez anos após o seu lançamento, o programa "entra numa nova fase, segmentado em três grandes temas -- inclusão social, saúde e educação -- de forma a responder às preocupações fundamentais da sociedade portuguesa", adiantou a Fundação EDP, que fez o balanço dos 10 anos do programa no

Museu da Eletricidade, em Lisboa.

O EDP Solidária Saúde 2015 visa apoiar projetos promovidos por centros hospitalares e hospitais do Serviço Nacional de Saúde e por Instituições Particulares de Solidariedade Social, melhorando as condições clínicas e sociais.

Já o EDP Solidária Educação 2015 pretende premiar "a meritocracia através do apoio a programas de bolsas de estudo para o ensino superior focadas nas áreas de Ciência, Engenharia e Gestão".

Relativamente ao Programa EDP Solidária -- Inclusão Social, a fundação anunciou que as candidaturas decorrerão de 01 a 18 de maio.

Em 10 anos, o programa apoiou 263 projetos em todos os distritos do país, num valor superior a sete milhões de euros, contribuindo para melhorar as

condições de vida de mais de 650 mil pessoas em situação vulnerável.

Segundo dados divulgados, a maior parte dos projetos apoiados foi na área do Desenvolvimento Comunitário e Social (108), seguido da área da Educação e Capacitação (49), hortas solidárias (42) e Artes e Desporto (39).

Além do financiamento, o programa promove o acompanhamento e monitorização dos projetos apoiados, em áreas como a gestão, a negociação e a organização de empresas e negócios sociais.

A fundação sublinhou que, sem o apoio do programa, "80% dos projetos que se candidataram nunca teriam conseguido arrancar".

Referiu ainda que o maior investimento foi realizado em equipamentos/infraestruturas, "colmatando uma necessidade elevada de financiamento em Portugal para esta categoria de despesas".

Neste período, o programa ajudou centenas de pessoas com necessidades especiais a aumentar a sua qualidade de vida, através da melhoria dos acessos e infraestruturas em habitações e centros de apoio, e do acompanhamento de técnicos especializados e terapias alternativas.

Promoveu também a inclusão de centenas de crianças em projetos e atividades lúdico-pedagógicas e ocupou milhares de horas dos seus tempos livres.

A preservação de ofícios em desuso, como a tecelagem, artesanato, costura e cestaria foi outra área apoiada pelo programa, através da formação de profissionais e fornecendo equipamentos.

O programa ajudou ainda oito autarquias a criar Hortas Comunitárias, através da distribuição de talhões, formação em agricultura e na promoção de boas práticas ambientais, que beneficiaram 3.500 pessoas.

Foto: D.R.



Soluções específicas em Lavandarias Profissionais para IPSS.

Agente Especializado:

milplus
EQUIPAMENTOS HOSPITALARES E MÁQUINAS INDUSTRIAIS, LDA.

Apartado 2011 . 4200-001 Porto
Tm: 934 091 417 . Fax. 225 401 284
info@milplus.pt
www.milplus.pt.

Miele
PROFESSIONAL